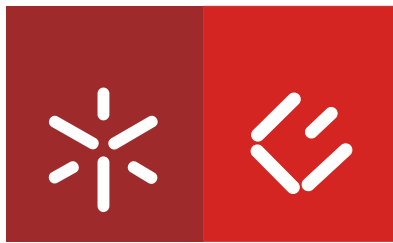


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

José Manuel Ferreira da Silva

**As Assimetrias Regionais em Portugal:
análise da convergência *versus*
divergência ao nível dos municípios**

Outubro 2012



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

José Manuel Ferreira da Silva

**As Assimetrias Regionais em Portugal:
análise da convergência *versus*
divergência ao nível dos municípios**

Dissertação de Mestrado em Economia,
Mercados e Políticas Públicas

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor José António Cadima Ribeiro

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ____/____/_____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Para conseguir ultrapassar mais uma etapa no meu percurso académico, contei com o empenho e a colaboração de várias pessoas, às quais presto aqui os meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro, gostaria de destacar o papel essencial em todo este trajeto do meu orientador, Professor Doutor Cadima Ribeiro, ao qual agradeço a disponibilidade, compreensão, empenho, sabedoria, e, acima de tudo, exigência. Gostaria de salientar ainda, a sua participação com sugestões e correções, que fizeram com que concluíssemos este trabalho dentro do prazo e com os objectivos a que nos propusémos atingidos.

À Professora Doutora Carla Sá, Diretora do Mestrado, agradeço a disponibilidade demonstrada ao longo de todo o curso e o apoio na parte das inferências estatísticas.

Aos meus familiares, em especial à minha mãe e à minha irmã, pelo apoio incondicional, compreensão nos momentos de maior indisponibilidade minha, e por estarem sempre presentes ao longo de toda a minha vida.

A todos os meus amigos e amigas que sempre estiveram presentes, dos quais destaco a Adriana Silva, agradeço o apoio e a forma entusiástica com que acompanharam o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus colegas de mestrado agradeço a ajuda e amizade demonstrada.

Resumo

Com o presente estudo pretendeu-se abordar o processo de desenvolvimento territorial português. Nesse âmbito, traçou-se como objetivo geral a análise da convergência do Indicador *per capita* Poder de Compra (IpcPC) nos municípios portugueses no período global de 1995 a 2009.

Os resultados da análise aos municípios nacionais demonstram que, apesar de pouco extenso, o território nacional é marcado por profundas desigualdades, nomeadamente, entre o Litoral e o Interior. Assim, verifica-se que os municípios do Litoral estão mais desenvolvidos, enquanto os do Interior continuam a perder população e competitividade, o que provoca efeitos devastadores nas suas economias.

Realizámos a análise da convergência através das seguintes metodologias: análise do comportamento das regiões em relação à média, convergência σ (Sigma) e convergência β (Beta).

Os resultados obtidos sugerem as seguintes conclusões: em primeiro lugar, existem divergências acentuadas no desenvolvimento dos vários municípios portugueses; em segundo lugar, observa-se a convergência condicionada no IpcPC entre os municípios portugueses no período de análise; finalmente, constata-se que os municípios do Litoral possuem vantagens na convergência, porém, mesmo nesta área do território, concluímos que a proximidade ao município de Lisboa, que é o polo mais desenvolvido do território nacional, tem efeitos positivos na convergência dos municípios.

Para finalizar, verificámos os processos de convergência entre o Litoral e o Interior do território Continental português. Os resultados, quer da convergência σ , quer da convergência β absoluta e condicionada, demonstram que existe convergência, tanto nos municípios do Litoral, como nos do Interior. Verifica-se também, que a convergência ocorre a uma velocidade maior nos municípios do Litoral do que nos municípios do Interior.

Abstract

With the present study there intended to approach the process of the Portuguese territorial development. In this context, outlined as a general objective the analysis of the convergence of indicator per capita purchasing power in the Portuguese local authorities in the global period from 1995 to 2009.

The results of the analysis of the national local authorities demonstrate that, in spite of little extensive, the national territory is marked by deep dissimilarities, namely, between the Coast and Inland. So, one checks that the Coast local authorities are more developed, while those of inland keep on losing population and competitiveness, which provokes devastating effects in his savings.

We carried out the analysis of the convergence through the following methodologies: behavior analysis of the regions regarding the average, convergence σ and convergence β .

The obtained results suggest the next conclusions: first of all, the analyzed data allow us to end that there are accented divergences in the development of several Portuguese local authorities; secondly, conditioned convergence is observed in the indicator per capita purchasing power between the Portuguese local authorities in the period of analysis. Finally, it is noticed that the local authorities of the coast have advantages in the convergence, however, even in this area of the territory, we concluded that the proximity to the local authority of Lisbon, which is the most developed pole of the national territory, has effects in the convergence of the local authorities.

To finish, we checked the processes of convergence between the coast and inland of the continental Portuguese territory. The results, whether of the convergence σ or of the convergence β absolute and conditioned, demonstrate that there is convergence, both in the coast and inland local authorities. It is also clarified that the convergence takes place to a bigger speed in the local authorities of the coast than in the local authorities of inland.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract.....	vii
Índice de Quadros e Figuras	xi
INTRODUÇÃO	1
I. REVISÃO DA LITERATURA	3
1. Teorias de Crescimento e Desenvolvimento Regional	3
1.1. Teoria do Crescimento Equilibrado	3
1.2. Teorias do Crescimento Desequilibrado	7
1.2.1. Causalidade Circular e Cumulativa	9
1.2.2. Os Pólos de Crescimento	12
1.2.3. Teoria do Centro-Periferia	14
1.3. Teorias do Crescimento Endógeno	16
1.3.1. Medidas de Convergência	21
1.3.1.1. Convergência β (beta) Absoluta	22
1.3.1.2. Convergência β Condicionada	23
1.3.1.3. Convergência σ (sigma).....	25
1.4. Teorias do Desenvolvimento Regional Endógeno.....	25
II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INVESTIGAÇÃO	33
Introdução	33
1. Caracterização dos Municípios	33
1.1. Superfície	33
1.2. População Residente	34
1.3. Densidade Populacional.....	35
1.4. Taxa Bruta de Natalidade.....	36
1.5. Índice de Envelhecimento.....	37
1.6. População Residente com Ensino Superior	39
1.7. Indicador <i>per capita</i> de Poder de Compra (IpcPC)	40
1.8. Estrutura Empresarial	41
1.9. Transferências Correntes e de Capital nas Câmaras Municipais em % do Total das Receitas.....	43
Conclusões.....	44
III. ANÁLISE DA CONVERGÊNCIA	47

1. Metodologia	47
1.1. Análise do Comportamento das Regiões	48
1.2. Convergência σ	48
1.3. Convergência β	49
2. Teste do Modelo e Discussão dos Resultados.....	52
2.1. Processos de Convergência ou Divergência nos Municípios, 1995-2009	53
2.2. Convergência σ nos Municípios Portugueses, 1995-2009.....	57
2.3. Convergência Absoluta e Condicional nos Municípios Portugueses, 1995-2009	58
2.4. Análise do Efeitos da Posição Geográfica no Processo de Convergência no	
Litoral e no Interior	68
2.4.1 Convergência σ nos Municípios do Litoral e do Interior, 1995-2009	68
2.4.2 Convergência β Absoluta e Condicionada nos Municípios do Litoral e do	
Interior, 1995-2009.....	69
Conclusões.....	73
CONCLUSÕES FINAIS	75
Bibliografia.....	81

Índice de Quadros e Figuras

Figura 1 – Superfície do Território Nacional	34
Figura 2 – População Residente, 2010	35
Figura 3 – Densidade Populacional, 2010	36
Figura 4 – Taxa Bruta de Natalidade, 2010.....	37
Figura 5 – Índice de Envelhecimento, 2011 – Valores Provisórios	38
Figura 6 – População Residente com Ensino Superior, 2011	39
Figura 7 – Indicador <i>per capita</i> de Poder de Compra (IpcPC).....	40
Figura 8 – Proporção de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Sector Empresarial, 2009	42
Figura 9 – Transferências Correntes e de Capital Recebidas pelas Camaras Municipais em % do Total de Receitas, 2010	43
Quadro 1 - Variáveis Explicativas ou de Controlo a Utilizar	52
Figura 10 – Processo de Convergência ou Divergência nos 308 Municípios de Portugal	54
Figura 11 – Processo de Convergência ou Divergência nos 278 Municípios de Portugal Continental	55
Figura 12 – Processo de Convergência ou Divergência nos 30 Municípios dos Arquipélagos Portugueses	56
Figura 13 – Convergência σ no IpcPC dos Municípios Portugueses, 1995-2009	58
Quadro 2 – Resultados da Regressão da Convergência β Absoluta Municípios, 1995- 2009	59
Quadro 3 – Resultados da Regressão da Convergência β Condicionada para os 308 Municípios nacionais - Nacional, 1995-2009	61
Quadro 4 – Resultados da Regressão da Convergência β Condicionada para os 278 Municípios Continentais - Continente, 1995-2009	64
Quadro 5 – Resultados da Regressão da Convergência β Condicionada para os 30 Municípios dos Arquipélagos dos Açores e Madeira – Açores e Madeira, 1995-2009	66

Figura 14 - Convergência Sigma do IpcPC nos municípios do Litoral e do Interior do território portugueses, 1995-2009	69
Quadro 6 – Resultados da Regressão da Convergência β Absoluta para os Municípios do Interior e do Litoral, 1995-2009	70
Quadro 7 – Resultados da Regressão da Convergência Beta Condicionada para os Municípios do Litoral e do Interior do País, 1995-2009	71

INTRODUÇÃO

Após uma visita mais atenta pelo território nacional, confrontamo-nos com realidades económicas muito díspares, encontrando-se municípios bem equipadas de infraestruturas, capazes de atrair quer populações quer investimentos, enquanto noutros deparamo-nos com a escassez de infraestruturas, o que os leva para um quadro de abandono populacional, que já é muito difícil de se reverter. São estas assimetrias em termos de desenvolvimento que estão na base do estudo que se apresenta.

O presente estudo pretende analisar a evolução das assimetrias regionais em termos socioeconómicos, dando especial atenção ao nível de convergência entre os diversos municípios do país, pretendendo-se perceber os diferentes estágios de desenvolvimento em que os mesmos se encontram.

A compreensão dos mecanismos do desenvolvimento quer ao nível nacional, regional ou mesmo local é fundamental para melhor apreender a realidade territorial de um país e, sobretudo, para transformar essa realidade. A questão do desenvolvimento dos territórios tem sido alvo de diversos estudos. As características particulares de cada território e a respetiva dotação de recursos explicam o aparecimento de regiões menos desenvolvidas, com atrasos de desenvolvimento, e de outras mais desenvolvidas.

As disparidades regionais estão ligadas, quer às localizações geográficas periféricas, quer às dotações de recursos naturais e de estruturas económicas e sociais, das distintas regiões. Consequentemente, as regiões mais periféricas, por norma, são mais atrasadas uma vez que estão à margem dos centros produtivos e de consumo.

É, geralmente aceite que o Portugal é um país marcadamente desequilibrado, portanto, é importante verificar quais os factores que concorrem para esses desequilíbrios, com a finalidade de atuar com vista a corrigir as assimetrias.

Neste âmbito, o objetivo central do estudo é analisar se existe convergência no desenvolvimento económico dos municípios portugueses, para o período global 1995-2009. De um ponto de vista mais específico, delineio os seguintes objetivos:

- ✓ identificar a existência de assimetrias entre os municípios do país;
- ✓ constatar se as assimetrias regionais tendem a diminuir, a aumentar ou a

estabilizar com o tempo, e quais as consequências que daí advêm para os níveis de bem-estar económico entre das diferentes regiões;

- ✓ verificar se há uma associação entre posição geográfica dos municípios e desenvolvimento, para perceber a relevância da chamada litoralização do país;
- ✓ tentar identificar que factores estão na base da convergência ou divergência de níveis de desenvolvimento económico verificado nos municípios portugueses.

Com vista a realização dos objetivos propostos, organizamos o trabalho da seguinte forma:

No capítulo 1 são apresentadas as teorias do crescimento económico equilibrado e desequilibrado, seguindo-se a teoria do crescimento económico endógeno e as mexidas de convergência, nomeadamente, convergência Sigma a Convergência beta (absoluta e condicional). Por fim expusemos as teorias do desenvolvimento endógeno;

No capítulo 2 é feita uma contextualização do território de análise, por forma a evidenciar as características dos municípios portugueses, para os quais se vai proceder o estudo da convergência;

Quanto ao capítulo 3, apresentam-se as metodologias, e realiza-se a os testes de convergência entre os municípios portugueses, no período de 1995 a 2009. Assim, nesta secção utilizam-se os seguintes métodos de análise da convergência: observação do comportamento dos municípios face à média, evolução da dispersão e a convergência absoluta e condicionada;

Por fim, são apresentadas as conclusões finais.

I. REVISÃO DA LITERATURA

1. Teorias de Crescimento e Desenvolvimento Regional

1.1. Teoria do Crescimento Equilibrado

Os teóricos do crescimento convergente são otimistas quanto ao equilíbrio regional, defendendo que o crescimento ocorre de forma equilibrada em todas as regiões. Para tal, apenas é necessário proteger os mecanismos que permitem que os mercados atuem em concorrência perfeita. Esta visão do crescimento económico surgiu dos contributos da abordagem neoclássica, dos quais, destacamos Solow (1956), Swan (1956) e Meade (1961) e Samuelson (1962), entre outros, (*in* AMERICAN ECONOMIC ASSOCIATION, 1973).

A teoria de crescimento equilibrado é entendida pelos neoclássicos à luz das premissas do modelo de base apresentado por SOLOW (1956), considerando duas economias de estruturas semelhantes e assentes na perfeita mobilidade de factores, “em que a economia tenderá para o equilíbrio dinâmico de pleno emprego, através do ajustamento da razão capital/trabalho às condições vigentes nos mercados”, (SILVA e SILVA, 2002a, p. 159 - 160). Dado isto, é oportuno apresentar-se as linhas gerais do modelo proposto por SOLOW (1956).

Este modelo prevê que a taxa de crescimento da população e o progresso tecnológico sejam consideradas variáveis exógenas. O produto da economia é dado pela função $Q = F(K,L)$ que apresenta rendimentos constantes à escala e substituíbilidade perfeita entre trabalho (L) e capital (K). Cada um destes factores – trabalho e capital, observa a lei dos rendimentos marginais decrescentes, o que significa que à medida que aumenta cada um destes factores o produto da economia aumenta mas de forma decrescente. Este modelo apresenta também o investimento e a poupança como sendo uma fração constante do produto, (BRANSON, 1986).

Assim, tendo em conta as premissas do modelo de Solow, em relação aos rendimentos decrescentes do factor capital, as economias permanecem no seu estado estacionário e só a médio prazo é que encontram condições para evoluir.

Portanto, nos modelos de crescimento neoclássicos tradicionais, como o de Solow, o progresso tecnológico e o crescimento populacional são tratados exogenamente, bem

como a taxa de poupança, que se assume que é proporcional ao produto. Este modelo pressupõe ainda, a existência de perfeita mobilidade dos factores, de retornos constantes à escala e produtividade marginal decrescente, ou seja, prevê retornos decrescentes para aumentos de cada um dos factores mantendo o outro fixo.

Dado isto, a convergência regional é explicada pelos retornos decrescentes, atrás mencionados, uma vez que os retornos do investimento do capital diminuem à medida que o seu stock aumenta, assim, os países com salários baixos e capital escasso proporcionam retornos do capital superior. Esta situação vai fazer com que o capital se desloque para as áreas mais atrasadas, levando a que as mesmas apresentem taxas de crescimento superiores às áreas mais desenvolvidas, o que conduz a economia como um todo para o equilíbrio.

No entanto, de acordo com DINIZ (2006, p. 109) o modelo de Solow “só prevê que haja convergência se os países em causa tiverem o mesmo estado estacionário, isto é, a mesma propensão para poupar, a mesma função de produção, a mesma taxa de progresso tecnológico, a mesma taxa de depreciação e o mesmo crescimento populacional”.

A teoria do crescimento equilibrado assume a tese do crescimento convergente, argumentando que os desequilíbrios regionais são temporários e desaparecem pela atuação livre dos mercados. Daí que esta corrente teórica defenda que a situação de equilíbrio é a situação normal e que o desenvolvimento se estende de forma eficaz ao todo nacional.

Para os neoclássicos existindo uma economia de livre concorrência, os preços tornam-se um instrumento flexível com capacidade para ajustar a procura e a oferta de recursos. No momento em que os mercados atuem livremente a economia mover-se-ia para um estado de equilíbrio, no qual a oferta e a procura se equilibram, (OSADCHAYA, 1977). De um modo geral, os pressupostos referidos indicam que o equilíbrio é tido como um fim que se atinge através da perfeita mobilidade de factores.

Para OSADCHAYA, (1977, p. 10), “a teoria neoclássica baseia-se, em primeiro lugar, na concepção corrente dos factores de produção, cada um dos quais, conforme a sua produtividade marginal, contribui para a criação do produto social e é remunerado por um rendimento de acordo com a sua contribuição; e em segundo lugar, na concepção de equilíbrio estável, o qual, em virtude da mobilidade dos preços, anula quaisquer desvios

em relação a este estado, a curto prazo e a longo prazo, quer dizer, elimina as crises, o desemprego e a estagnação”.

Constitui, igualmente, uma premissa neoclássica, o crescimento do capital a um ritmo superior à mão-de-obra, o que leva ao aumento da procura da mão-de-obra e à subida dos salários reais, SOUSA (1980).

Desta forma, a mão-de-obra, é vista à luz do pensamento neoclássico como sendo perfeitamente móvel e, consecutivamente, o equilíbrio salarial atinge-se pela mobilidade dos trabalhadores. Nesse âmbito, RICHARDSON (1981) refere que existindo diferenças salariais entre as regiões, a mão-de-obra desloca-se das regiões de baixos salários para as de elevados salários. Esta deslocalização ocorrerá até que se atinja o equilíbrio salarial entre regiões.

É também de referir que, de acordo com as preposições de perfeita mobilidade neoclássicas, os factores de produção escolhem a sua localização a fim de obter melhores rendimentos. Dado isso, não existindo, então, entraves à mobilidade de factores, não existiriam também desigualdades. Admite-se, assim, que o capital se deslocaliza para as regiões com custos produtivos mais baixos, enquanto, a mão de obra se desloca para regiões com salários mais elevados. Logo, pode-se concluir que a remuneração do capital e do trabalho seguem uma relação inversa, o que faz com que as regiões mais ricas exportem capital e importem trabalho e as mais pobres o inverso, assim, as transações quer do capital, quer do trabalho, conduziram as economias regionais à convergência, (SIMÕES LOPES, 1987). A mobilidade inversa, da mão de obra e do capital, tem como consequência o crescimento superior das regiões com salários reduzidos, uma vez que vão atrair investimentos de capital (RICHARDSON, 1973).

No que respeita à intervenção do Estado na economia, SOUSA (1980, p. 230) refere que “os neoclássicos são partidários da não intervenção do Estado na economia, deixando os mecanismos reequilibrados automáticos funcionar («invisible hand»)". Nesse sentido, tudo o que o Estado tem que fazer é impedir que estes mecanismos – de mercado, sejam perturbados pelos sindicatos, pelos monopólios e pelo próprio Estado, (OSDCHAYA, 1977). Concluir-se-á, assim, que o mecanismo de ajustamento da economia defendido pelos neoclássicos, sustenta que o Estado não deve intervir com medidas corretivas à

economia privada, nem sequer deve limitar a esfera desta. O seu papel resume-se apenas a eliminar obstáculos ao funcionamento da concorrência perfeita (OSDCHAYA, 1977).

Conforme POLÈSE (1998), os neoclássicos criticam as políticas redistributivas, pelo facto de entenderem que os mercados indicam os comportamentos a ser adotados pelos agentes económicos com vista a aumentarem os seus lucros. Dado isso, a intervenção redistributiva do Estado pode causar efeitos contrários aos objetivos de equilíbrio.

Interessará, pois, salientar também, que os modelos que sustentam as suposições neoclássicas, no entender de SIMÕES LOPES (1987, p. 127), atuam “do lado da oferta, e são construções em que se admite o recurso a políticas que impeçam que o comportamento da poupança provoque desemprego e deixe de estimular o crescimento”. Estes modelos sustentam também, “que tudo quanto se retire ao consumo se encaminhará para a formação de capital de tal forma que, não se levantando então quaisquer restrições à transformação da poupança em investimento nem tendo que se admitir constante o coeficiente capita/produto, o crescimento aparece assegurado” (SIMÕES LOPES, 1995, p. 128).

Assim, o equilíbrio defendido pelos neoclássicos assenta num sistema de duas economias com estruturas semelhantes, ou seja, com parâmetros relativos à poupança, à evolução demográfica e à tecnologia idênticos, (SILVA e SILVA, 2002a).

Porém, de acordo com BALEIRAS (2011) a característica mais importante dos modelos de crescimento neoclássicos prende-se com a inexistência do espaço. Com efeito, a produção ocorre sem qualquer consideração explícita pelo papel do território.

Segundo RICHARDSON (1981, p. 313), existem duas situações em que é possível atingir o equilíbrio dinâmico: na primeira, requer-se que a taxa de crescimento se altere em cada período, para que o crescimento agregado seja constante; na segunda, pretende-se que a taxa de crescimento de cada região tanto seja constante como igual em todo o sistema de regiões. Assim, “se todas as regiões crescem à mesma taxa constante, o conjunto tem de crescer também a essa taxa constante”.

No domínio do pensamento neoclássico, Williamson sustenta que as desigualdades são crescentes na fase inicial do desenvolvimento, mas diminuem à medida que o desenvolvimento avança, ou seja, o desenvolvimento agrava as desigualdades num momento inicial, no entanto, devido às correntes migratórias, as desigualdades vão

diminuindo com o tempo até desaparecerem. Contudo, ele defende que a integração económica propicia posteriormente o equilíbrio nos rendimentos (POLÈSE, 1998).

Por tudo isto, concluir-se-á que a teoria de crescimento equilibrado tem como ponto de partida a existência de uma relação inversa entre o rendimento do trabalho e o rendimento marginal do capital. Assim, o capital desloca-se das regiões desenvolvidas, onde a sua remuneração está a decair, para as regiões mais atrasadas, dado que aí a sua remuneração será superior por via da existência de baixos salários. Já o trabalho desloca-se para as regiões onde o salário é superior, que no primeiro momento são as regiões desenvolvidas. Este fluxo migratório leva a que a oferta de trabalho nas regiões mais desenvolvidas aumente significativamente e, por essa via, a sua remuneração diminua, atenuando assim, a diferença salarial entre as regiões. Portanto, uma vez que o movimento dos capitais se faz agora no sentido das regiões mais atrasadas e os impulsos para emigração são cada vez menores, estas regiões devem apresentar atualmente uma taxa de crescimento superior, convergido assim todo o sistema regional para o equilíbrio.

As suposições neoclássicas estão longe de reunir consenso, RICHARDSON (1981, p. 286 - 287) afirma que “a mobilidade inter-regional dos factores não é perfeita. A distância pode limitar o movimento da mão-de-obra, e os trabalhadores (e o pessoal administrativo) podem ser imóveis por causa das preferências de viver em determinada região e não noutra, da ignorância das possibilidades de auferir maiores rendimentos, dos custos da migração e de considerações não-económicas. O capital pode não fluir livremente por causa do conhecimento imperfeito por parte dos investidores, da rigidez do mercado de capitais e de variações nas estruturas regionais de impostos. Os recursos naturais são normalmente imóveis e as dotações regionais podem diferir amplamente em quantidade e qualidade”.

1.2. Teorias do Crescimento Desequilibrado

A exigência de desequilíbrios no crescimento económico, quer ao nível nacional, quer ao nível regional, tem conduzido ao aparecimento de múltiplas teorias. As teorias do crescimento desequilibrado resultam da visão que os mercados atuando livremente conduzem a mais desigualdades, e portanto, os autores destas teorias defendem uma política intervencionista com elevadas preocupações redistributivas. Neste campo destacam-se, entre outros, Perroux, Myrdal, Hirschman e Friedmann.

Esta corrente de pensamento defende que o crescimento, não ocorre de forma equitativa pelos diferentes países ou regiões. Assim, estas teorias são contrárias à linha de pensamento neoclássica tradicional. Nelas é defendido que as assimetrias perduram no tempo e não se dissipam pela atuação livre dos mercados. Para os defensores da teoria do crescimento divergente, a mobilidade de factores é incipientemente e não gera os resultados que os neoclássicos apregoam. Nesse sentido, consideram que “a livre circulação das pessoas e dos capitais traduz-se em fugas que diminuem as possibilidades de desenvolvimento das regiões periféricas” (POLÈSE, 1998, p. 187).

Todavia, as assimetrias não se devem apenas à ineficácia dos mercados, mas também se devem ao facto do espaço não ser uma superfície neutra, dado que nele se materializam as relações de produção, daí que, aplicando-se as mesmas políticas em espaços diferentes, os resultados serão distintos, (PEREIRA, 1997).

O crescimento assimétrico é explicado pelas “diferenças nas técnicas de produção, as diferenças nas economias de escala, os níveis de produtividade e os obstáculos no funcionamento dos mercados que obstam à concorrência perfeita” (PEREIRA, 1997, p. 12).

Portanto, podemos concluir que as teorias do crescimento desequilibrado indicam que a origem das disparidades no crescimento regional se encontra nos processos de aglomeração industrial, uma vez que as forças de mercado conduzem ao aparecimento de atividades com rendimentos crescentes em determinadas regiões que lhes proporciona vantagens em virtude das economias internas e externas, criando assim centros de aglomeração (RICHARDSON, 1977). Assim, a não ser que se acredite que todas regiões possuem características produtivas iguais, chegar-se-á à conclusão que o crescimento aumenta as desigualdades (POLÈSE, 1998).

Partindo desse contexto, e tendo em conta as características do crescimento regional, têm surgido teorias de crescimento económico regional que se propõe explicar as assimetrias regionais resultantes do crescimento económico, por via das externalidades geradas pelas economias de aglomeração industrial.

Em suma, importa referir que os teóricos do crescimento desequilibrado defendem a intervenção do governo na regulação dos mercados, uma vez que eles sustentam que os mercados atuando livremente aprofundam as desigualdades. Para explicitar melhor esta abordagem torna-se importante apresentar as seguintes teorias de crescimento

económico desequilibrado: Causalidade Circular e Cumulativa, Pólos de Crescimento e Centro-Periferia.

1.2.1. Causalidade Circular e Cumulativa

De acordo com SILVA e SILVA, (2002a, p. 239), destacaram-se “Myrdal (1957) e Koldor (1970), que conduziram ao aparecimento dos modelos de causalidade circular e cumulativa”.

É geralmente reconhecido que o trabalho de Myrdal sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento, em que ele propõe como teoria de crescimento regional uma abordagem de causalidade cumulativa, em oposição ao pensamento então dominante, a abordagem de equilíbrio estável, através da atuação livre dos mercados associado à perfeita mobilidades de factores.

Myrdal opõe-se determinantemente a essa posição, argumentando que, pelo contrário, a mobilidade de factores conduz a desequilíbrios, e não à sua atenuação, razão pela qual ele confronta a visão do crescimento equilibrado (SANTOS, 2002a).

Desta forma, Myrdal (1957) considera que as forças de mercado fazem com que “as actividades que proporcionam retornos acima da média se concentrem em determinadas localidades e regiões em prejuízo das outras regiões do país” (*in* RICHARDSON, 1981, p. 337).

Myrdal acreditava que o processo de crescimento económico, por si só, conduz a que as desigualdades se acentuem. É neste âmbito que ele critica a falta de consistência da teoria neoclássica, que defende que o crescimento económico elimina as desigualdades através das forças competitivas de mercado, que levam a economia para um ponto de equilíbrio, por meio da alocação eficiente dos recursos disponíveis.

Para conciliar a sua visão da realidade com a teoria, Myrdal propôs uma abordagem de causalidade cumulativa, apregoando que o crescimento não ocorre ao mesmo ritmo em todas regiões, afirmando que as mais desenvolvidas adquirem vantagens, através de economias de aglomeração, que lhes permite crescer mais rapidamente.

Portanto, Myrdal considera “que qualquer que fosse a área onde surgisse determinado investimento, ele tenderia a auto-alimentar-se por via de economias internas e externas entretanto geradas, sempre à custa dos recursos da periferia ou com repercussões negativas na sua *performance* sócio-económica” (SANTOS 2002a, p. 190).

Dessa forma, a teoria de Myrdal defende que a ocorrência de um impulso positivo ou negativo em determinada área vai influenciar de forma determinante o seu crescimento.

Exemplifica, com a abertura de uma indústria em determinada região, que vai impulsionar de forma significativa o desenvolvimento dessa região em todas as vertentes. Assim sendo, a abertura de uma indústria em determinada região vai potenciar o desenvolvimento da região através da criação de novos postos de trabalho, repercutindo-se, quer nos salários auferidos, bem como no incremento de uma vasta gama de atividades comerciais, que são favorecidas pelo acréscimo da procura.

O aumento contínuo dos rendimentos (empresas e particulares) vai fomentar o consumo (como já foi atrás mencionado), mas não só, também a poupança. Com os níveis de poupança a aumentar, o investimento em infraestruturas cresce também, favorecendo a implementação de novas indústrias e assim sucessivamente.

É a este sistema que Myrdal chama de cumulativo e circular, uma vez que o processo de crescimento vai expandir-se através do crescimento contínuo das economias internas e externas. No entanto, as regiões mais atrasadas encontram-se num ciclo oposto, uma vez que não conseguem atrair novas atividades, uma vez que as vantagens limitadas que possuem, por exemplo mão de obra, não exercem força suficiente de atração para compensar essas economias externas que podem ser obtidas nos centros de aglomeração e por isso as suas economias continuam a afundar-se.

É a este fenómeno, que Myrdal chama de “efeitos regressivos”, uma vez que no seu entender as regiões mais ricas vão sugar às regiões mais pobres a maioria dos recursos naturais, bem como a mão de obra (principalmente a mais jovem e melhor preparada) e os capitais (que procuram áreas onde a remuneração é superior e mais segura).

No tocante à mobilidade de factores, de acordo com Alves *et al.* (1989), Myrdal defende que as economias mais ricas tanto importam mão de obra, assim como capitais, contrariando assim os pressupostos da teoria neoclássica, que defende que a “igualização das produtividades marginais levaria a que os movimentos do trabalho, das regiões pobres para as ricas, a serem compensados pelos movimentos dos capitais das regiões ricas para as pobres” (*in* SANTOS 2002a, p. 191).

Em contraponto aos “efeitos regressivos” que são desfavoráveis ao crescimento das regiões mais atrasadas, Myrdal propõe os “efeitos propulsores”, que se mostram favoráveis ao crescimento das regiões mais atrasadas, uma vez que no seu entender, elas irão beneficiar de um acréscimo das exportações para a região mais desenvolvida (essencialmente de produtos agrícolas), bem como alguma difusão da tecnologia.

No entanto, ele defende que a ação dos primeiros é superior à dos segundos, uma vez que “os movimentos de força de trabalho, capital, bens e serviços são considerados

como atuando no sentido do desequilíbrio, favorecendo as regiões ricas em prejuízo das pobres” (RICHARDSON, 1981, p. 338).

Por fim, é de referir que Myrdal defende uma política intervencionista, em que a interferência política contrarie os efeitos negativos do crescimento das regiões avançadas sobre as regiões menos desenvolvidas e potencie os efeitos positivos (efeitos propulsores), a fim de se conseguir atingir maior igualdade no desenvolvimento.

A teoria de Myrdal é passível de ser criticada, RICHARDSON (1981, p. 338) refere que “as proposições de Myrdal esclarecem a maneira pelo qual as diferentes forças que afetam as diferenças de renda regional podem interagir em determinadas circunstâncias, mas ele subestima o facto de que os movimentos de factores podem ter uma função equilibradora e que existem outras influências, atuando no sentido da convergência”. SIMÕES LOPES (1987) refere que no modelo de causalidade cumulativa o espaço aparece apenas implícito.

HIRSCHMAN (1975) também crítica o pensamento neoclássico do crescimento equilibrado. Ele defende que o processo de crescimento económico é desequilibrado, contrariando assim a visão neoclássica do crescimento equilibrado, à qual ele se opõe, tal como refere FREIXO (1988, p. 233): Hirschman “discorda fortemente da teoria do crescimento equilibrado”. Ele considera que a teoria do desenvolvimento equilibrado é, tanto irrealista, como despropositada do ponto de vista económico, referindo ainda, que a mesma falha como teoria de desenvolvimento. Nesse sentido, ele sustenta que as forças que deviam levar ao equilíbrio regional são bastante fracas.

De acordo com SIMÕES LOPES (1995, p. 291), Hirschman defende que o desenvolvimento das regiões promove “dois tipos de efeitos de sentidos opostos: os efeitos de dispersão do crescimento e os efeitos de polarização, os primeiros favoráveis às regiões mais pobres, dependentes da procura das regiões mais ricas e do investimento destas nas anteriores, só verificamos quando entre as economias haja um mínimo de complementaridade”. No entanto, ele refere que, “se o grau de complementaridade não é significativo, os efeitos de polarização da região mais rica serão mais fortes que o de dispersão e o processo de crescimento regional será divergente”. Nesse caso, existe o risco das atividades das regiões mais pobres entrarem “num ciclo de depressão e as oportunidades de emprego não aumentam de forma satisfatória levando a que os recursos humanos mais válidos emigrem para a região mais rica” (SIMÕES LOPES, 1995, p. 291).

A teoria de Hirschmann defende, portanto, que o crescimento económico produz efeitos de polarização e de fluência, em que os primeiros são nefastos para as regiões mais pobres, e os segundos são positivos. Os efeitos de polarização conduzem, por um lado, à perda, por parte das regiões mais pobres, da mão de obra mais jovem e qualificada e dos seus empresários mais capazes, e, por outro lado, provocam a exposição das atividades industriais exportadoras das áreas pobres, que por norma são “mais ineficientes”, à concorrência das indústrias das áreas em crescimento (HENRIQUES, 1990, p. 36). Já os efeitos de fluência beneficiam regiões mais pobres, através do aumento das trocas comerciais com as regiões em crescimento, uma vez que elas vão aumentar a suas compras, para além disso, podemos referir ainda que as áreas em desenvolvimento absorvem o desemprego disfarçado das regiões mais atrasadas.

Por fim, convém referir que ao contrário do que defende Myrdal, Hirschman é mais otimista e defende que os efeitos de fluência são superiores aos de polarização, e portanto, a transmissão de impulsos pelas regiões em crescimento vai fazer com que as regiões mais atrasadas cresçam mais rapidamente.

1.2.2. Os Pólos de Crescimento

A teoria dos pólos de crescimento foi apresentada por Perroux no início dos anos 50. Porém, “outros autores, como Jacques Boudeville (1972) e os americanos John Friedmann (1966), Walter Isard (1959) e Albert Hirschman (1958), retomaram o conceito de pólo de desenvolvimento fazendo dele, uma das ideias-chave das últimas décadas em matéria de desenvolvimento regional” (in POLÈSE, 1998, p. 108).

Perroux opõe-se às preposições clássicas do crescimento equilibrado, uma vez que segundo ele, o crescimento económico surge de forma centralizada em algumas áreas, e não no país como um todo. Expressando esta mesma ideia, ele refere que um “facto elementar mas consistente é este: o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (PERROUX, 1967, p. 164).

Similarmente, SIMÕES LOPES (1995, p. 2) refere que “o progresso económico não aparece em todo lado ao mesmo tempo e com a mesma intensidade e, quando aparece, surgem forças conducentes à concentração de espacial do crescimento em torno de pontos de arranque específicos” e que se aproveitados podem levar ao surgimento de

externalidades, que favoreçam o crescimento dessas áreas. Acrescentando ainda o referido autor, que “a observação empírica revela que as relações entre as actividades económicas se processa de forma desequilibrada”, confirmando assim, com a evidência empírica as proposições teóricas.

A teoria dos Pólos apresentada por Perroux assenta na ideia que as forças de mercado vão puxar as actividades para as áreas desenvolvidas pelas vantagens que daí advêm.

RICHARDSON (1978, p. 127 e 128) define pólo de crescimento, “como um conjunto de indústrias, fortemente inter-relacionadas através dos vínculos *input - output* em torno de uma indústria líder (*industrie motrice o industria propulsora*), capaz de gerar um crescimento dinâmico da economia. Tanto a industria líder como as suas interdependentes crescem mais rapidamente do que o resto da economia, devido à tecnologia avançada e alta taxa de inovação, elasticidade procura/rendimento e à elevada procura dos seus produtos”.

O mesmo autor refere que “Perroux deu grande importância à evolução técnica introduzida para a expansão do pólo de crescimento. A indústria chave deve ser tecnologicamente avançada e o efeito do seu alto nível de eficiência técnica será o de transformar outros sectores da região pela força do seu exemplo e pela difusão interindustrial do processo técnico *não-incorporado*”, (RICHARDSON, 1981, p. 400).

Portanto, Perroux, considera que a formação de pólo crescimento ocorre partir da implementação de uma indústria motriz numa região, que tem como função atrair um conjunto de novas indústrias – que a vão “alimentar”, e assim criar um complexo industrial com capacidade de estabelecer uma forte complementaridade produtiva, para se implementar um mercado inter-regional. Na teoria dos pólos, a indústria chave comanda todo o processo de industrialização, a sua produção tem influência na produção das restantes indústrias, por via das suas compras de bens e serviços, e por isso, faz aumentar também a produção e as compras de bens e serviços das outras empresas. Exemplificando, POLÈSE (1998, p. 108) refere que a “indústria automóvel compra aço à indústria siderúrgica, portanto, se a produção de automóveis aumentar – seria neste exemplo a indústria motriz –, a indústria siderúrgica aumenta também a suas vendas. É esta interligação que nos faz concluir que as indústrias motrizes são o elo essencial na teoria dos pólos de crescimento e são elas que desencadeiam o processo de crescimento numa economia”.

No entanto, apesar de SIMÕES LOPES (1995, p. 295) referir que a “teoria dos pólos parte do princípio que os efeitos de dispersão que irradiam de «pontos» especialmente

localizados (empresas ou grupo de empresas, aglomerações populacionais, etc.) transmitem impulsos de crescimento a outros «pontos» - efeitos de dispersão”, ele salienta que eles – efeitos de dispersão, “ podem ultrapassar os efeitos de polarização, isto é, a reabsorção dos efeitos de dispersão pelo próprio «ponto» ”.

Porém, RICHARDSON (1981) refere que não basta existir uma ou duas indústrias motrizes em determinada região para que se considere um pólo de crescimento, mas sim, que exista um rápido crescimento nessa área e que esse crescimento se arraste para as áreas circulantes.

Em suma, é de referir que a teoria dos pólos apregoa que o crescimento é desequilibrado e é maior nas áreas que beneficiam da formação de aglomerações indústrias, que lhes conferem vantagens inerentes à concentração industrial, propiciando assim o aparecimento de economias internas e externas nessas áreas. O crescimento económico nessas áreas vai conduzir ao desenvolvimento quer das infraestruturas locais quer dos serviços públicos e particulares disponíveis. Pelo contrário, as áreas que não se industrializaram, ficam sem capacidade para melhorar as suas infra-estruturas, veem partir os seus recursos produtivos e serviços para as áreas em desenvolvimento, ficando cada vez mais subdesenvolvidas.

1.2.3. Teoria do Centro-Periferia

A corrente de autores que se debruçaram sobre o crescimento regional recebeu um contributo importante de Friedmann, através da teoria centro-periferia. Esta teoria tem a particularidade de ser a primeira a sugerir que o conceito de pólos do desenvolvimento tinha uma base geográfica, e defende que o crescimento se dá no centro dos sistemas espaciais, conferindo-lhes domínio sobre a periferia.

Friedmann (1972), mostra assim a sua oposição à teoria da convergência defendida pelos neoclássicos, referindo que o facto que é indiscutível é que “a convergência regional não ocorre automaticamente no processo de desenvolvimento de uma nação”, (*in* AYDALOT, 1985, p. 139). Portanto, a posição dele face ao desenvolvimento regional é que ele é superior nas áreas centrais e residual ou nulo nas áreas periféricas, resultando daí o maior atraso destas em relação às primeiras. É esta visão do crescimento regional que o leva a criticar as teorias do desenvolvimento equilibrado. Porém, no entender de RICHARDSON (1978), o modelo centro-periferia é uma versão desenvolvida da teoria de causalidade cumulativa.

A teoria do centro-periferia proposta por Friedmann defende que a influência do centro sobre a periferia se deve a fenômenos de polarização, os quais conferem às áreas centrais vantagens cumulativas no crescimento, tal como refere POLÈSE (1998, p. 183), quando diz que “o impacto cumulativo dos movimentos dos factores de produção (trabalho, capital, conhecimentos, etc.) em favor das regiões que se desenvolveram primeiro e em detrimento das regiões distantes acaba, muitas vezes, por criar aquilo a que se costuma chamar uma relação centro-periferia”.

Neste âmbito, a teoria do centro-periferia assume o pressuposto do crescimento desequilibrado, uma vez que, como afirma POLÈSE (1998, p. 184), “as forças de divergência são também uma realidade”, e portanto, são estas forças que vão impedir que o crescimento aconteça em todos os territórios com a mesma intensidade. Dado isso, é certo que as disparidades se fazem sentir mais violentamente nas áreas periféricas, que assistem permanentemente ao êxodo dos seus factores de produção, situação que lhes retira capacidade para se desenvolver. Logo, é nas áreas mais periféricas, pela distância que as separa das áreas centrais, que os efeitos no desenvolvimento das áreas centrais têm consequências mais negativas.

De acordo com SANTOS (2002a, p. 198), o modelo centro-periferia, em termos espaciais, apoia-se “na existência de interdependências entre determinadas atividades com quadros locacionais diversos, que se dispõem segundo arrumações hierárquico-funcionais (os eixos de desenvolvimento), polarizadas pelos centros, através dos quais são disseminadas as informações estratégicas e as inovações que compaginam estímulos ao processo de crescimento. A génese da clivagem centro-periferia radica, assim, também na relação de dominação associada a uma economia mais inovadora”.

A conceção que Friedmann pretende passar é que a diferença entre as áreas centrais e a periferia é substancialmente elevada, uma vez que existem “bloqueios à difusão espacial do desenvolvimento entre o centro e a periferia”, em vários domínios, que vão desde as atividades mais avançadas até às artes e cultura (AYDALOT, 1985, p. 140).

No entanto, Friedmann a exemplo de Myrdal, associa também os desequilíbrios às desiguais condições de remuneração e de reprodutividade dos factores produtivos trabalho e capital, que diz que estão na génese do surgimento de um desigual quadro relacional e de níveis de desenvolvimento entre um centro e uma periferia, Friedmann alarga o seu âmbito explicativo referindo que não é só a concentração do investimento

privado que é responsável por esta situação, “já que também o Estado desenvolve um tipo de intervenção que não é de todo neutra”, podendo, no seu entender, potenciar o desenvolvimento das áreas mais pobres através da canalização de investimentos para essas áreas, em infraestruturas de apoio ao desenvolvimento (SANTOS, 2002a, p. 199).

Na teoria centro-periferia de Fridemann, concluir-se-á que a relação entre o centro e a periferia é de submissão da periferia perante o centro, tal como se pode aferir das afirmações de SANTOS (2002a, p. 200), quando refere que “as relações centro-periferia são entendidas, na ótica de Friedmann, como evoluindo uma tendência que conduz, à mesma medida que se verifica a concentração dos factores produtivos no centro, ao gradual empobrecimento da periferia, debilitando-a nas suas capacidades de afirmação decisional autónoma, na estrita medida em que o seu processo de desenvolvimento foi ficando dependente, quase refém, das estratégias de desenvolvimento prosseguidas pelo centro”.

RICHARDSON (1978), refere que um dos aspetos mais interessantes e controversos à análise de Friedman é a sua previsão de que a relação centro-periferia quebra mais cedo ou mais tarde. Na verdade existem várias forças económicas – mercados em expansão, as descobertas de novos recursos, melhoria dos transportes, a difusão espacial de inovações, a implementação de políticas de desenvolvimento regional a sério e não meramente representativa – que gradualmente tornam atraentes cidades de médio porte da periferia para a localização das empresas. Desta forma, ele considera que o desenvolvimento se pode estender às áreas periféricas envolventes.

Por fim, é de referir que o modelo centro-periferia divide o espaço em duas áreas distintas: a área mais desenvolvida, que fica no centro da região beneficiada e pela polarização, que lhe proporciona maior afluência de capitais, mão de obra e tecnologia, que lhe permite modernizar as suas infraestruturas (de transportes e comunicações); e as áreas menos desenvolvidas, que se situam na periferia e se encontram em declínio económico, uma vez que possuem uma estrutura económica que lhes é desfavorável face à concorrência de espaços polarizados.

1.3. Teorias do Crescimento Endógeno

As teorias de crescimento endógeno assumiram esta designação pelo facto de associarem o crescimento a factores endógenos à economia e não a factores externos

(SILVA e SILVA, 2002a). Estas teorias dão especial ênfase à acumulação de capital humano e de conhecimento, uma vez que estes factores geram externalidades positivas que favorecem o crescimento das regiões e dos países.

As teorias de crescimento endógeno apareceram pelos contributos precursores de ROMER (1986), LUCAS (1988) e REBELO (1991). Nelas é defendido que as empresas e os indivíduos devem investir no desenvolvimento da tecnologia e na acumulação do capital humano e não apenas em capital físico, uma vez que, para eles o crescimento económico surge também pelo desenvolvimento do conhecimento e acumulação de capital humano e não apenas pela acumulação de capital físico. Estes autores estabelecem uma relação direta entre o conhecimento e o crescimento económico (BALEIRAS, 2011).

Segundo SILVA e SILVA (2002a, p. 187), “os modelos de crescimento endógeno surgem como tentativas de aprofundamento de modelo neoclássico de base, tentando compatibilizar os factos empíricos relevantes do crescimento económico (crescimento regular do produto e capital por trabalhador, ausência de uma dinâmica global de convergência) com uma visão em que o progresso técnico é explicado endogenamente”. Assim, apesar destas teorias surgirem da visão de crescimento neoclássico, elas não são tão otimistas quanto à ideia do crescimento em equilíbrio.

O contributo pioneiro das teorias de crescimento endógeno prende-se com a explicação do crescimento económico através de mecanismos internos da própria economia. Assim, ao assumir o conhecimento ou o capital humano como endógeno, estes modelos anulam os rendimentos decrescentes do capital físico. Portanto, quer o conhecimento, quer capital humano, dependendo dos modelos, constituem o motor do crescimento económico (SILVA e SEQUEIRA, 2011).

É também de referir que a endogeneização do progresso técnico, quer pela via do conhecimento, quer pela via da acumulação do capital humano, é que está na base das teorias de crescimento endógeno, uma vez que se entende que o progresso tecnológico aumenta a eficiência produtiva, ou seja, para estas teorias o progresso técnico é essencial para se obter crescimento na economia e é resultado da acumulação de conhecimentos, daí, a importância que é concedida à acumulação de capital humano. Neste âmbito, é defendido que não existem obstáculos à transmissão do conhecimento por toda a economia, portanto, existe a não exclusão de acesso ao conhecimento, bem

como a não rivalidade, o que faz com que o conhecimento seja fonte de rendimentos crescentes à escala e de crescimento *per capita*. Esta suposição é um pouco irrealista, dado que nem todas as economias possuem recursos humanos especializados capazes de se adaptarem com facilidade às inovações tecnológicas. No entanto, não é só pelas carências de recursos humanos que os progressos técnicos não chegam às economias mais pobres. Existem também barreiras jurídicas que dificultam a sua difusão, como por exemplo as patentes.

De acordo com DINIZ (2006, p. 175), “os modelos apresentados sugerem que, *ceteris paribus*, a longo prazo, as economias crescerão à taxa do progresso tecnológico que, por sua vez, é determinada pelo aprender-fazendo, pelo investimento em capital físico e humano e pelas externalidades geradas pelas actividades de I&D”. Estes modelos explicam assim, o método pelo qual a economia faz crescer a sua função de produção (DINIZ, 2006).

No âmbito dos modelos de crescimento endógeno, BALEIRAS (2011) refere que o conhecimento é fulcral para se obter mais produtividade dos factores de produção, trabalho e capital físico. Assim, o conhecimento, quer derive do investimento em I&D, quer da educação formal, ou da aprendizagem no local de trabalho, torna-se essencial ao crescimento da economia.

Conforme já foi dito, os modelos de crescimento endógeno que surgiram dos trabalhos de ROMER (1986) e LUCAS (1988), explicam o crescimento económico através de externalidades positivas (*spillovers*) geradas quer pela acumulação de capital humano quer pelo conhecimento ou progresso tecnológico.

O modelo de ROMER (1986) foi pioneiro nesta área e o seu contributo assentou na endogeneização do progresso técnico, fundamentando-o nas externalidades positivas por essa via criadas. Romer refere que no seu modelo, a mudança tecnológica é endógena, acrescentando ainda, que no longo prazo o crescimento será impulsionado pela acumulação do conhecimento. Ele defende que o conhecimento tem características que possibilitam que seja partilhado por toda a economia. Para ele, quando uma empresa desenvolve qualquer inovação, essa inovação não pode ser perfeitamente patenteada ou mantida em segredo, daí concluir-se-á que as inovações surgem por vontade das empresas para responder aos impulsos do mercado, e se difundem livremente pelo resto da comunidade. Assim, o conhecimento deve ser considerado um

bem público puro - não existe rivalidade, nem exclusão no seu consumo, (ROMER, 1986).

De acordo com DINIZ (2006), para Romer a tecnologia é apresentada como um conceito mais abrangente. Para ele envolve todo o conhecimento que pode gerar progressos, ou seja, o que ele chama de ideias. Assim Romer considera que as atividades I&D são desenvolvidas pelos empresários no âmbito das suas atividades com o objetivo aumentar a produção e obter maiores lucros.

Para BALEIRAS (2011, p. 39), “Romer (1986) estuda a relação entre a experiência e a tecnologia. Parte do princípio que trabalhadores e gestores aprendem com os investimentos realizados ao longo do tempo, pelo que, quanto maiores forem os acréscimos no capital acumulados no passado por uma empresa maior é o conhecimento que ela hoje tem sobre a tecnologia, isto é, sobre o modo eficiente de combinar trabalho, capital e eventuais outros factores de produção. O conhecimento é, assim, um subproduto das decisões da acumulação de capital e, como tal, resulta de um processo endógeno”.

Assente na conceção de crescimento endógeno, surgiu o modelo de LUCAS (1988), que se assemelha ao de ROMER (1986), contudo, este último entende que o investimento deve ser na acumulação de capital humano, obtendo por esse meio externalidades positivas que engendram progresso tecnológico. Portanto, o modelo de LUCAS (1988) prevê retornos marginais crescentes para o capital humano. Ele entende que o capital humano é um factor acumulável e fonte de crescimento económico, ou seja, a acumulação de capital humano constitui o factor essencial ao crescimento de uma economia.

LUCAS (1988) é defensor do investimento em capital humano e a sua acumulação pode ser obtida tanto pela via da escolarização como pela aprendizagem no local de trabalho, através do aprender-fazendo (*learning-by-doing*), salientado que aprendizagem no local de trabalho lhe parece pelo menos tão importante como a escolaridade, no processo de formação do capital humano.

Porém, no que se refere à convergência, LUCAS (1988) refere que as economias que no momento inicial usufruísem níveis de capital humano e físico mais baixos permaneceriam mais pobres a longo prazo, enquanto, as que possuem níveis mais

elevados de capital humano estarão sempre mais desenvolvidas, ou seja, o ritmo do crescimento está dependente dos níveis iniciais associados a cada economia.

Importa ainda referir que, para este autor, o capital humano é um recurso acumulável e essencial ao processo de crescimento, uma vez que este recurso é essencial ao conhecimento (I&D). Logo, o crescimento será maior quanto maior for o capital humano disponível. Pelo contrário, as economias que possuem capital humano reduzido têm também um nível de investigação insignificante e incapaz de produzir novos produtos e novas técnicas para atingir crescimento económico.

Assim, o capital humano é visto à luz destas teorias como sendo as capacidades intrínsecas dos trabalhadores, tais como, a habilidade e a qualificação, constituindo um factor decisivo para aumentar a produtividade e, por via disso, compensar os rendimentos decrescentes do factor capital.

No âmbito das contribuições para as teorias de crescimento endógeno surgiu o modelo AK de REBELO (1991). Este modelo é muito popular devido à sua simplicidade e ficou conhecido como Ak devido à sua forma ($y=f(k)=Ak$). Nele, o autor procura dar resposta à falta de crescimento prevista pelo modelo de Solow, seguindo a estrutura original do mesmo, mas introduzindo alterações, tais como a possibilidade de existência de progresso tecnológico, que no modelo original de Solow era uma variável exógena e agora passa a ser uma variável endógena.

A particularidade mais importante no modelo AK é o facto de o mesmo assumir de uma forma simples a hipótese de ausência de rendimentos decrescentes para o factor acumulável. Nesse sentido, k inclui quer o valor do capital físico quer o valor do capital humano (SILVA e SILVA, 2002a).

No seu modelo, REBELO (1991) considera uma função de produção linear, que apresenta rendimentos constantes para o factor capital. Assim, ele conclui que os modelos que apresenta deixam claro que não são necessários retornos crescentes e externalidades para se gerar crescimento endógeno, sendo que para ele o crescimento endógeno é compatível com progresso tecnológico que apresente retornos constantes à escala.

No entender de DINIZ (2006, p. 133), este modelo assume que através do investimento todos os factores produtivos podem ser alterados, “por isso, o crescimento económico

não fica sujeito à lei dos rendimentos decrescentes. Esta ideia conduz à constatação de que o modelo não reconhece a natureza fixa de alguns recursos, tais como os recursos naturais. Parando para pensar um momento, a maioria dos factores considerados fixos, são, pelo menos, parcialmente reprodutíveis”.

Assim, importa referir que o modelo AK se, por um lado, preserva a importância da acumulação de capital, por outro, introduz factores endógenos, tais como, acumulação de capital humano e o conhecimento.

Por fim, importa referir que os modelos que materializam as teorias de crescimento endógeno procuram as suas bases nos modelos de crescimento neoclássicos tradicionais, mas, nestes últimos, o progresso tecnológico e o crescimento populacional são considerados variáveis exógenas ao modelo, enquanto agora essas variáveis são consideradas endógenas. Para além de tornar endógenas essas variáveis, os modelos de crescimento endógeno passam também a considerar rendimentos marginais constantes ou crescentes, em vez de considerar os rendimentos marginais decrescentes presentes nos modelos de crescimento neoclássicos tradicionais. Assim, estes modelos denotam algum afastamento dos pressupostos neoclássicos tradicionais. No entanto, de acordo com SILVA e SILVA (2002a), persistem com a hipótese de existência de equilíbrio geral, e portanto, são considerados modelos de aprofundamento à teoria neoclássica.

1.3.1. Medidas de Convergência

Após ter exposto as diferentes correntes de pensamento económico sobre o crescimento económico, passaremos a apresentar algumas metodologias que são utilizadas para explicar a convergência.

No quadro do pensamento neoclássico, são consideradas duas economias de estrutura semelhantes, quer no que diz respeito à taxa de poupança, quer no que diz respeito à demografia e à tecnologia, assumindo-se a perfeita mobilidade dos factores capital e trabalho e pressupondo a existência de rendimentos marginais decrescentes para o capital. Assim, é defendido que as economias convergem a longo prazo para o mesmo estado estacionário, ou seja, verifica-se a convergência absoluta.

Posto isto, segundo CHASCO e LÓPEZ (2011, p 423) “o modelo neoclássico prevê que a taxa de crescimento de uma região está positivamente relacionada com a distância que

as separa do seu estado de equilíbrio”. Ou seja, este modelo prevê que as economias mais pobres cresçam mais rapidamente que as mais avançadas.

No entanto, SILVA e SILVA, (2002) referem que, em geral, os estudos que abordam a convergência não são favoráveis à hipótese de convergência absoluta.

Consequentemente, na década de 80, dentro da matriz teórica neoclássica, surgiram os modelos de crescimento endógeno, nos quais, é defendido que as economias podem não convergir para o mesmo nível de rendimento. Assim, de acordo com SILVA e SILVA (2002, p. 238) nos estudos de Romer (1986 e 1990) e Lucas (1988) não se assiste à convergência das economias no longo prazo. Segundo eles, isso deve-se à existência de factores que “sob determinadas condições não apresentam rendimentos marginais decrescentes ou, ainda, da existência de mecanismos, em regra associados às externalidades, que contrariam os rendimentos decrescentes dos factores acumuláveis”.

Neste contexto, BARRADAS e LOPES, (2007, p.27) afirmam que “o conceito de convergência beta condicionada resulta do abandono da hipótese de igualdade de estruturas económicas regionais, assim as regiões poderão apresentar diferentes taxas de poupança, taxas de crescimento da população, preferências, tecnologias, entre outras, e, consequentemente, cada região em função da sua estrutura económica possuirá o seu respetivo nível de steady state”

Portanto, na convergência condicionada é defendido que existem factores que condicionam a convergência das economias, ou seja, assegura-se a chamada convergência condicionada.

1.3.1.1. Convergência β (beta) Absoluta

A convergência β requer a existência de uma correlação negativa entre o ritmo de crescimento de uma região e o seu desenvolvimento inicial, ou seja, as economias mais pobres têm um crescimento mais rápido. A convergência β pode ser entendida no sentido da convergência absoluta ou condicionada.

A convergência β absoluta parte da ideia de crescimento defendida pelos neoclássicos, em que as regiões, independentemente do seu nível de rendimento inicial, tenderão a convergir para o mesmo estado estacionário (*Steady-state*), ou seja, reflete a ideia neoclássica que sustenta que as economias mais pobres crescem mais rapidamente que

as economias mais ricas, apresentando uma taxa de crescimento superior essas economias em relação às economias mais avançadas.

Assim, de acordo com SILVA e SILVA, (2002, p. 237), no conceito de convergência β absoluta “uma economia cresce tanto mais rápido quanto mais afastada estiver do seu *Steady-state*”.

Convenciona-se, de igual modo, que as economias/regiões apresentam grande homogeneidade, possuindo taxas de investimento e de crescimento populacional iguais. É, também, defendido nesta abordagem que a tecnologia é um bem de livre acesso e que se espalha por todas as regiões, constituindo, assim, um factor favorável à convergência.

Portanto, as economias mais atrasadas, dados as hipóteses de rendimentos à escala decrescentes e de rendimentos marginais decrescentes do capital, bem como de progresso tecnológico exógeno, tendem a crescer mais rapidamente do que as economias mais ricas. Neste contexto, a tendência é para que o rendimento no longo prazo seja igual em todas as regiões, independentemente do seu rendimento inicial

Por fim, conclui-se que a convergência β absoluta defende que quanto mais distantes as economias estiverem do seu estado estacionário mais rápido será o seu crescimento.

A convergência β absoluta é testada a partir de um modelo econométrico do tipo:

$$\frac{1}{T} \ln \left(\frac{Y_{i,T}}{Y_{i,T-1}} \right) = \beta_0 + \beta_1 \ln(Y_{i,T-1}) + e_i, \quad (1)$$

onde, $Y_{i,T-1}$ é a rendimento *per capita* da região i no período inicial, $Y_{i,T}$ é o rendimento *per capita* da região no período T , β_0 e β_1 são os parâmetros estimados e e_i é o termo de erro aleatório. Existe convergência quando o parâmetro β_1 se apresente negativo e estatisticamente significativo, o que indica que as regiões com menor rendimento inicial cresceram mais rapidamente que as regiões que tinham inicialmente maior rendimento.

1.3.1.2. Convergência β Condicionada

A convergência β condicionada surgiu das novas teorias do crescimento endógeno, que salientam a importância do capital humano e do progresso técnico no processo de convergência das economias. Ao contrário da convergência β absoluta, em que as regiões crescem em direção ao mesmo estado estacionário, na convergência β condicionada as economias caminham para estados estacionários distintos, de acordo

com as suas características estruturais, tais como o nível de investimento, a acumulação de capital humano e o progresso tecnológico. Assim, a convergência é vista como uma exceção e não como a regra.

Na perspectiva de SILVA e SILVA (2002), as economias tenderão a caminhar para estados estacionários idênticos se forem estruturalmente semelhantes.

A chamada convergência β condicionada defende que “a convergência é condicionada em relação a alguns factores estruturais com rendimentos crescentes à escala, como é o caso, entre outros, da acumulação de capital físico e humano, do progresso tecnológico e da inovação” (SOUKIAZIS e ANTUNES, 2004, p. 67).

Consequentemente, na convergência β condicionada não assume que o nível de rendimento de todas as regiões se torne igual no longo prazo, ou seja, só convergem para o mesmo rendimento as economias que possuam estruturas semelhantes. Sendo assim, existe a possibilidade das disparidades se perpetuarem no tempo e não se dissiparem no longo prazo, dado que as regiões mais ricas vão permanecer com rendimentos superiores, enquanto as regiões mais pobres continuarão a ter rendimentos inferiores, e, por essa via, continuarão mais atrasadas.

Em suma, imporá referir que na convergência β condicionada a convergência ocorre apenas entre economias com características estruturais idênticas.

A hipótese de convergência β condicionada obtém-se através da estimação do seguinte modelo:

$$\frac{1}{T} \ln \left(\frac{Y_{i,T}}{Y_{i,T-1}} \right) = \beta_0 + \beta_1 \ln(Y_{i,T-1}) + \gamma X_i + e_i, \quad (2)$$

onde, $Y_{i,T-1}$ é a rendimento *per capita* da região i no período inicial, $Y_{i,T}$ é o rendimento *per capita* da região no período T , β_0 e β_1 são os parâmetros estimados, X_i representa um vetor de variáveis que caracterizam o estado estacionário da economia da região i , e e_i é o termo de erro aleatório.

De igual modo, existe convergência quando o parâmetro β_1 se apresente negativo e estatisticamente significativo, porém, neste modelo são isoladas e mantidas constantes variáveis que caracterizam as diferentes regiões.

No modelo da convergência β condicionada são incluídas variáveis estruturais exógenas que influenciem o processo de convergência. No caso dos coeficientes associados às variáveis de controlo serem estatisticamente significativos, somos levados a rejeitar a convergência β absoluta.

1.3.1.3. Convergência σ (sigma)

A convergência σ , é uma mediada estatística e manifesta-se através da diminuição da dispersão do rendimento entre as diferentes regiões ao longo do tempo e pode ser apurada através do desvio padrão ou do coeficiente de variação. Existe convergência σ quando a dispersão diminuiu ao longo do tempo, o que significa que as assimetrias entre as regiões estão a atenuar-se com o tempo.

Apesar de existir alguma proximidade entre os critérios de convergência σ e convergência β , eles não são idênticos. Assim, de acordo com (SILVA e SILVA, 2002) quando duas regiões aproximam os seus níveis de rendimento num período de tempo tal significa que a região mais pobre está a crescer a um ritmo superior. A convergência σ como mede a dispersão do conjunto total de regiões depende da convergência β , ou seja, só ocorre convergência σ se tiver ocorrido convergência β . Já o contrário é teoricamente possível, dado, que a convergência σ de um conjunto de economias pode ocorrer mesmo existindo individualmente comportamentos de divergência. Assim, pode-se concluir que existe convergência σ existindo convergência β , porém, a ocorrência de convergência β não implica que tenha ocorrido convergência σ .

1.4. Teorias do Desenvolvimento Regional Endógeno

Sendo o objetivo do presente estudo, a observação do desenvolvimento territorial em Portugal e a análise das disparidades existentes entre os municípios, parece ser pertinente abordar também as teorias de desenvolvimento endógeno ou de âmbito territorialista. Na abordagem ao desenvolvimento endógeno, o território é agora enfoque principal do desenvolvimento, como salienta BARQUERO (2007, p. 188), referindo que “o território pode ser entendido, portanto, como a teia de interesses de todos os tipos de uma comunidade territorial, permitindo percebê-lo como um agente de desenvolvimento, sempre que possível para manter e desenvolver a integridade territorial e interesses nos processos de crescimento e mudança estrutural”.

O paradigma do desenvolvimento endógeno pressupõe o controlo territorial das economias locais, ou seja, o desenvolvimento endógeno depende da iniciativa local.

Neste quadro, importa enfatizar que o desenvolvimento local tem como finalidade promover os recursos das regiões e atenuar as desigualdades de desenvolvimento existentes. A sua notoriedade advém dos contributos de vários autores na década de 80, mas, no entanto, os primeiros documentos sobre esta temática datam dos anos 70.

O surgimento destas teorias deveu-se à decadência da visão funcionalista do desenvolvimento que vigorava até então, (HENRIQUES 1990, VALE 1991, SANTOS 2002b, e CADIMA RIBEIRO e FREITAS SANTOS 2005), da qual apresenta divergências notórias. Enquanto, a visão funcionalista defende que o desenvolvimento se inicia num espaço e depois se difunde pelos restantes, a visão territorialista defende que o desenvolvimento se alcança pela mobilização dos factores locais (HENRIQUES 1990), e, segundo Stöhr e Taylor (1981), tem “como preocupação nuclear a dinâmica alargada de participação política no próprio processo de planeamento, conduzindo à abertura de oportunidades para os cidadãos, grupos sociais e comunidades organizadas territorialmente às escalas local e regional, mobilizando as suas capacidades e recursos para melhorar os níveis de rendimento e de qualidade de vida das populações (*in* SANTOS, 2002b, p. 222).

Com efeito, atualmente distinguem-se duas dimensões no desenvolvimento regional. Na primeira, vigorava a ideia que os territórios são espaços que não possuem vida própria, e que se limitavam a acolher as iniciativas empresárias, ou seja, são neutros em questões de planeamento (LOPES, 2001); na segunda, preconiza-se que os territórios não integram apenas “o espaço geográfico como, igualmente, os recursos (tangíveis e intangíveis) e capacidades que conferem vantagem competitiva aos produtos e empresas com origem numa particular região” (CADIMA RIBEIRO e FREITAS SANTOS, 2005, p. 2). Esta compreensão do papel do território no desenvolvimento é sustentada igualmente por SIMÕES LOPES (2002, p. 42), quando refere que o espaço tem dimensão geográfica, histórica e social, não sendo, por isso, “uma simples página branca sobre que se inscrevem as acções dos grupos e das instituições, apenas condicionadas pelo comportamento de gerações anteriores”.

Em termos genéricos, as teorias do desenvolvimento de âmbito territorialista tem como objetivo atenuar os desequilíbrios e promover as potencialidades de desenvolvimento intrínsecas, ou seja, partem da “ideia básica de que o sistema produtivo dos países cresce e transforma-se utilizando o potencial de desenvolvimento existente nos

territórios, mediante os investimentos concretizados pelas empresas e entidades públicas, tomando como meta a melhoria do nível de vida das populações (CADIMA RIBEIRO, 2011, p. 3).

Neste âmbito, Maillat (1998) refere que um dos aspetos mais significativos do desenvolvimento de base territorial prende-se com a territorialização do sistema produtivo, que culminou com a criação de espaços de forte aglomeração empresarial, nos quais as empresas desenvolvem uma forte conexão com o território, com a finalidade de o enriquecer (*in* MAILLAT, 2002).

Diversos autores têm nos últimos anos chamado atenção para a importância dos territórios no desenvolvimento económico, dos quais se destaca o contributo pioneiro de Stöhr e Taylor. A sua proposta enfatiza que o desenvolvimento surge da base para o topo: eles entendem que o desenvolvimento se expande a partir de baixo e tem como finalidade mobilizar os factores intrínsecos dos territórios (BARQUERO, 2006). Portanto, Stöhr (1981) entende que o desenvolvimento deve ser entendido como “um processo integral de expansão de oportunidades para os indivíduos, grupos sociais e comunidades organizadas territorialmente, às escalas pequena e intermédia, e através da mobilização integral das suas capacidades e recursos para benefício comum em termos sociais, económicos e políticos” (*in* HENRIQUES, 1990, p. 54).

A relevância da visão de Stöhr na abordagem ao desenvolvimento territorial é destacada por HENRIQUES (1990). Assim, ele menciona que, de acordo com Stöhr, o desenvolvimento local têm como finalidade aumentar a eficiência produtiva dos factores locais e deve ser desencadeado por impulsos endógenos, dado isto, ele salienta que o desenvolvimento só é alcançado se for potencializado pela mobilização de estruturas sociais e políticas organizadas numa base territorial.

Na mesma linha de raciocínio, POLÈSE (1998) considera que o desenvolvimento endógeno ou desenvolvimento a partir de baixo, é impulsionado pelos conhecimentos dos agentes locais. Posto isto, são os agentes locais, através da sua capacidade de iniciativa e de inovação, que assumem a responsabilidade de implementar o processo de desenvolvimento local. Pressupõe-se, então, que o desenvolvimento local conduza a região a uma maior independência, quer para o governo central, quer para os agentes económicos exteriores.

Abordando a perspectiva territorialista, HENRIQUES (1990) foca a importância que este novo paradigma atribui à melhoria das condições de vida das populações e à satisfação das suas necessidades básicas. Em virtude disto, no seu entender, o desenvolvimento terá que, por um lado, se direcionar para as pessoas e não para os lugares, e por outro, ser mais igualitário, seletivo e redistributivo. Para prosseguir o objetivo do desenvolvimento local, ele salienta que este deve assentar na utilização de recursos naturais, humanos e institucionais intrínsecos, e deve ser conduzido por estruturas de tomada de decisão articuladas territorialmente a várias escalas.

É importante acentuar que a premissa principal do desenvolvimento endógeno é que o mesmo é impulsionado pelos recursos internos das regiões e são estes que ditam o seu sucesso, ou seja, o desenvolvimento endógeno centra-se na potencialização das regiões através dos recursos aí disponíveis. Similarmente, BARQUERO (2007) menciona que o desenvolvimento não é importado, mas sim, fruto do esforço das populações locais. Contudo, isto não significa que o processo de desenvolvimento se desenvolva com a ausência de elementos externos ou por via do isolamento das regiões. Decorrendo desta visão, FERRÃO e BAPTISTA (1989) e SIMÕES LOPES (2002) realçam que o desenvolvimento local ou territorialista assenta na capacidade intrínseca dos atores locais e não em factores externos. Todavia, ele depende também da sua astúcia negocial com os agentes externos. Esta postura implica que os interesses dos habitantes locais norteiem todo o processo negocial com os agentes externos. Em função do que já foi mencionado, SANTOS (2002b), destaca, citando Baptista (1985), que a questão central no desenvolvimento local não se coloca, agora, na atração de investimentos externos, mas sim na promoção das capacidades intrínsecas de gerar novas estruturas produtivas.

Portanto, o processo de desenvolvimento local para ser considerado endógeno tem de ser de liderança local, ou seja, processos que estejam dependentes do exterior não são considerados endógenos. Esta situação pode ser exemplificada com a questão das indústrias têxteis no norte litoral do país, para as quais, é ingénuo considerar-se estarmos perante desenvolvimento local endógeno, uma vez que, apesar de estar centrado nessa região do país a produção, a direção de todo o processo é de origem exterior (FERRÃO e BAPTISTA, 1989).

Finalizando, deve referir-se que o desenvolvimento endógeno tem como ponto de partida o território e os recursos locais, com objetivo de promover também o

crescimento económico local. No entanto, é mais abrangente, dado que introduz mudanças estruturais essenciais à melhoria das condições de vida dos habitantes locais. Assim sendo, o desenvolvimento endógeno reconhece importância do crescimento económico, mas, concilia-o com a dimensão social, cultural e ambiental.

Constituí um dos pontos de partida do novo paradigma territorialista os estudos sobre os *distritos industriais* italianos (LOPES, 2001). O conceito de *distrito industrial* foi proposto inicialmente por Alfred Marshall e ganhou novo fulgor no início dos anos 80 pela mão de vários autores, dos quais se destaca Becattini. A ideia base por trás do conceito de distrito é criar uma forte simbiose e interação entre as empresas e a sociedade local.

A relação das empresas com o território pode ser, com efeito, muito diversificada. No caso dos *distritos industriais*, “estamos, portanto, perante a concentração de empresas, em geral do mesmo setor, num dado território, vivendo do estabelecimento de relações permanentes de cooperação e concorrência, com grandes níveis de flexibilidade produtiva e mão de obra especializada abundante” (CONDESSO, 2005, p. 160).

Também, nesse sentido, se expressa Becattini (1994), realçando que os *distritos industriais marshallianos* são constituídos por uma população de pequenas e médias empresas que, apesar, de atuarem de forma independente, se dedicam à produção de produtos idênticos ou à mesma fase do ciclo produtivo (*in* LOPES, 2001). Esta forma de organização industrial promove a existência de trocas comerciais, bem como a difusão de conhecimentos pelos agentes locais, determinando o incremento da produtividade e a dinamização da economia local (BARQUERO, 2002).

Já no entender de BARQUERO (2006), o *distrito* trata-se de uma forma encontrada pela sociedade para produzir bens e serviços mais eficientemente, salientando ainda que são compostos por pequenas e médias empresas que funcionam de forma articulada. Para ele, esta forma de organização permite às empresas reduzirem custos através do aproveitamento das vantagens da aglomeração industrial, de entre as quais se podem salientar, por um lado, permite partilhar o mercado de trabalho, o que fomenta um acréscimo das transferências entre as empresas, quer de produtos, quer de informações, e, por outro, permite aproveitar os serviços e infraestruturas públicas aí existentes.

Importa, enfatizar que os *distritos industriais* constituem um modelo de “desenvolvimento endógeno e autocentrado, caracterizado por um regime de acumulação baseado na organização flexível do trabalho e num modo de regulação local no qual, a par do mercado, as redes de colaboração mercantil e não mercantil – entre as pequenas empresas e destas com as instituições locais – e as diferentes formas de reprodução da cultura local, desempenham um papel determinante” (LOPES, 2001, p. 110).

Por fim, importa realçar que os *distritos* industriais são modelos de abordagem territorial em que se privilegia a iniciativa local. Caracterizam-se, na generalidade, pela presença de pequenas e médias empresas, que se dedicam à produção do mesmo bem ou de bens complementares, por norma em setores tradicionais, o que determina que existe uma taxa elevada de substituição de empresas. A ideia principal subjacente aos *distritos* industriais prende-se com a concentração das empresas num espaço reduzido, o que propícia a formação de economias externas, quer pela concentração de mão de obra qualificada, quer pela transmissão de conhecimentos e de *know-how* entre as empresas. Além disso, proporciona também a promoção dos produtos locais e a intensificação da interação entre as empresas e as instituições locais com vista à promoção do desenvolvimento local. Em suma, as vantagens da aglomeração industrial transformam os *distritos indústrias* em centros que absorvem as iniciativas empresariais.

O desenvolvimento local conheceu novo enfoque também pelos estudos realizados por um conjunto de investigadores agrupados no GREMI (Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs), em meados dos anos 80. O enquadramento conceptual da abordagem do meio reside na economia de inovação e sua difusão. Em razão disto, o meio é formado pelas relações que se estabelecem numa região, entre os atores locais, com vista a implementar um espírito de negócios e a partilhar conhecimentos e técnicas (MAILLAT, QUÉVIT e SENN, 1993).

Parece, assim, possível poder falar-se em desenvolvimento pela inovação. Neste sentido, o conhecimento e a aprendizagem - saber-fazer - são considerados recursos essenciais ao processo de desenvolvimento, tornando-se extremamente importante formarem-se redes de difusão das inovações pelos agentes locais, ou seja, é assumido que o desenvolvimento das regiões está muito dependente da sua capacidade inventiva para gerar quer novos produtos, quer processos produtivos mais eficientes.

De acordo com LOPES (2001), os *meios inovadores* são espaços onde as dinâmicas de aprendizagem geram invenções e têm como finalidade obter sinergias tecnológicas e promover a interação entre as empresas e os atores locais com as empresas e com as instituições locais, para melhor responder as permanentes exigências que as economias modernas colocam.

Maillat define “o *meio inovador* como um conjunto territorial no qual as interações entre os agentes económicos desenvolvem-se não só pela aprendizagem que fazem das transações multilaterais geradoras de externalidades específicas à inovação, como pela convergência das aprendizagens para formas cada vez mais aperfeiçoadas de gestão em comum dos recursos”. O mesmo autor salienta ainda que “o *meio inovador* participa da constituição de redes de inovação e intervém no seu dinamismo. Ele é, de fato, o contexto apropriado à sua formação, ao seu desenvolvimento e à sua difusão. Reciprocamente, as redes de inovação enriquecem o *meio*, contribuindo para acrescentar as capacidades criadoras deste *meio*” (MAILLAT, 2002, p. 14). Importa, então, ter presente a extrema importância que a constituição de redes de inovação tem na formação de um *meio* inovador, pois permite fomentar as inovações tecnológicas através da partilha de experiências e conhecimentos.

Tendo em conta tudo que já foi dito, a abordagem dos *meios inovadores* sustenta que o desenvolvimento se atinge pela dissiminação das novas tecnologias no território. Assim, o *meio inovador* mantém uma forte conexão com os recursos do território. Portanto, Maillat, (1992) defende que, são “os territórios lhes fornecem o apoio logístico essencial para o seu desenvolvimento (externalidades, efeitos de proximidade, etc.), as empresas têm todo o interesse em participar no jogo da integração e do enriquecimento do seu *meio*” (in POLÈSE, 1998, p. 233). Nos *meios inovadores* os conhecimentos difundem-se através do território, ou seja, o território serve de base para que se desenvolvam e se difundam as invenções. Assim, a proximidade física existente no *meio* estimula maior competitividade entre as empresas, o que determina que as empresas que queiram sobreviver se tenham que modernizar/inovar constantemente. Contudo, a proximidade também lhes propicia beneficiar das externalidades geradas pelos processos de inovação. CREVOISIER (2003) expressa também este pensamento, mencionando que estar no *meio* acarreta vantagens em relação aos que estão distantes.

Nos dias de hoje é cumumente aceite, que os processos de inovação ou diferenciação marcam a diferença. Estes processos são consequência da acumulação e utilização dos conhecimentos adquiridos por via da aprendizagem e da experiência acumulada. Nesta perspectiva, LOPES (2001) refere que, segundo Maillat, existem duas dimensões determinantes no *meio*, a interação e a aprendizagem: a primeira manifesta-se por via das redes de cooperação que geram sinergias; a segunda, manifesta-se pela capacidade de aprendizagem dos agentes locais que lhes permite acompanhar o desenvolvimento existente no *meio*.

É de salientar que a abordagem dos *meios inovadores* tem pontos em comum com os distritos industriais, mas, no entanto, existem diferenças substanciais nas dinâmicas que conduzem ao desenvolvimento. Enquanto, os *distritos* se caracterizam pela existência de pequenas e médias empresas que exploram e promovem os recursos locais, beneficiando das sinergias resultantes da aglomeração, nos *meios inovadores* assume-se uma identidade tecnológica assente na importância dos aspetos cognitivos, ou seja, enfatiza-se a importância da transmissão e acumulação de conhecimentos - capacidade de aprendizagem, saber-fazer e invenções. Outra das diferenças, entre os distritos e o *meio* é a dimensão das empresas. Nesta abordagem, de acordo com LOPES (2001), a dimensão das empresas não é importante, mas sim a sua capacidade de inovar, referindo-se ainda que ao contrário dos *distritos*, aqui, as grandes empresas têm desempenhado um papel importante na criação de redes de difusão das novas tecnologias. Tendo em conta a vertente inventiva que caracteriza o *meio*, os recursos naturais das regiões deixaram de ter o papel determinante no seu desenvolvimento, passando agora a valorizar-se o conhecimento e as inovações, tanto ao nível da criação novos produtos, como da implementação de novos e mais avançados processos produtivos. Assim, tal como diz CREVOISIER (2003), a concorrência entre empresas nos tempos atuais faz-se pelas inovações e não pelos custos de produção.

II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INVESTIGAÇÃO

Introdução

No presente capítulo centrar-nos-emos na situação económica e social do país, assim, pretender-se-á aferir a realidade económica e social do país por via da análise do desenvolvimento dos municípios que o constituem.

Por forma a contextualizar o território que vai ser alvo do estudo, realizou-se uma análise a indicadores que exponham a realidade local, assim como, a diversidade das dinâmicas territoriais.

Posto isto, os objetivos presentes na elaboração desta secção são os seguintes:

- ✓ contextualizar o território do ponto de vista do desenvolvimento económico e social tendo por base o desenvolvimento de cada um dos 308 municípios;
- ✓ aferir o nível das assimetrias existentes entre os diversos municípios;
- ✓ verificar se a posição geográfica dos municípios tem influência no seu desenvolvimento.

Os dados utilizados para levar a cabo a presente análise são provenientes da base de dados disponibilizada pelo PORDATA, que está publicada no seu sítio oficial na internet, em <http://www.pordata.pt/Municipios>. Os dados recolhidos foram posteriormente trabalhados para se poder comparar os níveis de desenvolvimento existentes, assim como para realizar os comentários.

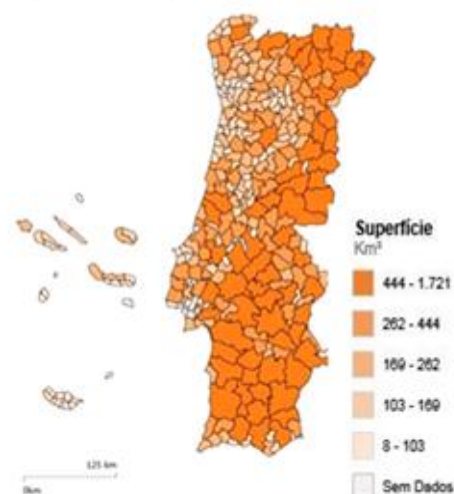
Dado que existem múltiplos dados para o país, serão aqui tratados apenas uma seleção de indicadores que demonstrem a realidade económica e social de cada município.

1. Caracterização dos Municípios

1.1. Superfície

O território nacional apresenta uma extensão de 92.212 Km², distribuídos pelo Continente e pelos arquipélagos dos Açores e da Madeira. O que perfaz uma dimensão média por município de 299,43 Km².

Figura 1 – Superfície do Território Nacional



Fonte: PORDATA

Os municípios que mais se destacam neste particular são: Odemira, Alcácer do Sal, Castelo Branco e Idanha-a-Nova, com 1.721 Km², 1500 Km², 1438 Km² e 1416 Km², respetivamente. Por outro lado, os municípios de São João da Madeira com 8, Km², Entroncamento, com 14 Km² e Corvo, com 17 Km², apresentam-se como sendo os municípios que possuem as dimensões mais reduzidas.

Posto isto, e de acordo com a figura 1, concluímos que, por um lado, os municípios de maior dimensão se encontram, preferencialmente, no Interior e no Alentejo, por outro lado, os que apresentam menor dimensão encontram-se no Litoral Norte e nas Ilhas.

Concluimos, assinalando que a diferença entre o município com maior e menor dimensão é de 1.713 Km².

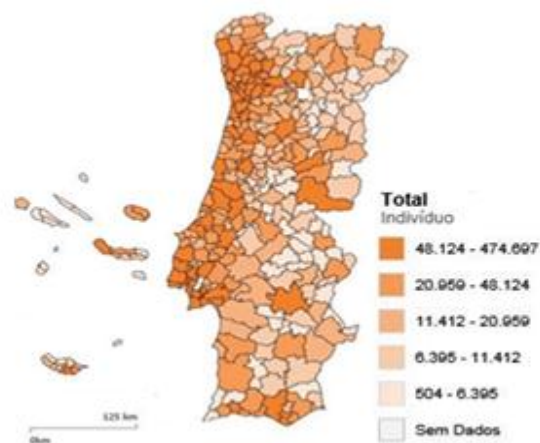
A título de curiosidade, destaco o facto do município de Ponte da Barca, situado no noroeste do país ter a mesma dimensão do município de Portimão, que se situa no sul do país.

1.2. População Residente

A distribuição espacial da população residente em Portugal é desequilibrada, verificando-se uma tendência acentuada para ocupação das áreas próximas do Litoral, mais concretamente, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Por outro lado, nas áreas do Interior assiste-se ao constante despovoamento, o que tem causado problemas de sustentabilidade e de equidade territorial, como é bem visível na figura 2.

De acordo com os dados obtidos, a população residente em Portugal em finais de 2010 foi estimada em 10.637.346 indivíduos, dos quais cerca de 52% eram do sexo feminino. A população em Portugal encontra-se distribuída pelo território da seguinte forma: 95% no Continente; 2,5% no arquipélago dos Açores; 2,5% no arquipélago da Madeira. A média populacional por município é de 34.537,09 habitantes. No entanto, verifica-se que apenas 27% dos municípios superam este valor. Consequentemente, o valor da

Figura 2 – População Residente, 2010



Fonte: PORDATA

média é muito superior ao valor da mediana (que é de 14.899 habitantes) sugerindo a existência de uma disparidade elevada entre os municípios mais populosos e os com menor população. Esta situação justifica-se, quer pelas dimensões dos municípios, quer pelos diferentes dinamismos económicos e sociais existentes nos diferentes municípios.

Os municípios mais populosos são os de Lisboa (474.697 habitantes), Sintra (458.085 habitantes) e Vila Nova de Gaia (316.547 habitantes).

Enquanto, nos últimos lugares encontram-se os municípios situados nas Ilhas e no Interior do país (como se pode ver na figura 2), distinguindo-se neste em particular, os municípios do Corvo (504 habitantes), Lajes das Flores (1539 habitantes) e Barrancos (1652 habitantes).

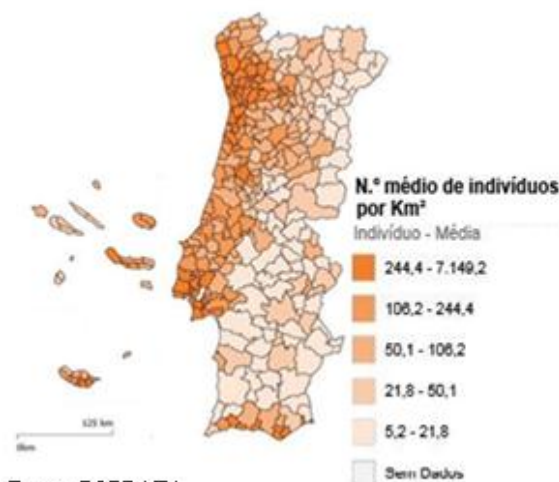
1.3. Densidade Populacional

O indicador de densidade populacional representa a concentração populacional. Este indicador evidencia melhor as diferenças populacionais entre os municípios, ou seja, obtemos as diferenças populacionais que são geradas por outros factores que não a dimensão dos territórios, uma vez que se pondera os habitantes dos municípios pela sua área total.

Pela análise deste indicador, podemos também concluir que, por um lado, existem no país municípios de cariz urbano, onde a construção é mais intensa e na vertical e, dado isso, a densidade populacional é superior, e, por outro lado, existem municípios de cariz rural, onde a construção não é tão densa.

A densidade populacional em Portugal caracteriza-se pela existência de um enorme contraste entre o Litoral e o Interior, mais concretamente, o Litoral Norte e Centro, e as restantes áreas do país, ou seja, nas áreas do Litoral existem densidades populacionais elevadas, enquanto, no Interior as densidades populacionais são mais baixas, como se

Figura 3 – Densidade Populacional, 2010



Fonte: PORDATA

Podemos verificar na figura 3. Esta situação está relacionada com factores naturais, mas não só, também se deve à estratégia de crescimento que tem sido adotada no país e que dotou as áreas litorais de vantagens económicas e sociais que geram maior capacidade de atração de população.

Pela análise da densidade populacional média em Portugal (115,4 habitantes/Km²) reparamos que ela é superada em apenas por 37% dos 308 municípios, destacando-se, neste particular, os municípios do Litoral (como é visível na figura 3).

Com efeito, é nos municípios das áreas metropolitanas do Lisboa e Porto que se verifica maior densidade populacional, e isso reflete-se na posição cimeira dos municípios pertencentes a essas áreas. Assim, o município que apresenta maior densidade populacional é o município da Amadora (7149,2 habitantes/ Km²), seguindo-se os municípios de Odivelas (5.946,4 habitantes/ Km²) e Lisboa (5.591,2 habitantes/ Km²).

Por outro lado, os municípios de Alcoutim (5,2 habitantes/ Km²), Mértola (5,5 habitantes/ Km²) e Idanha-a-Nova (6,9 habitantes/ Km²) são os municípios com menor densidade populacional.

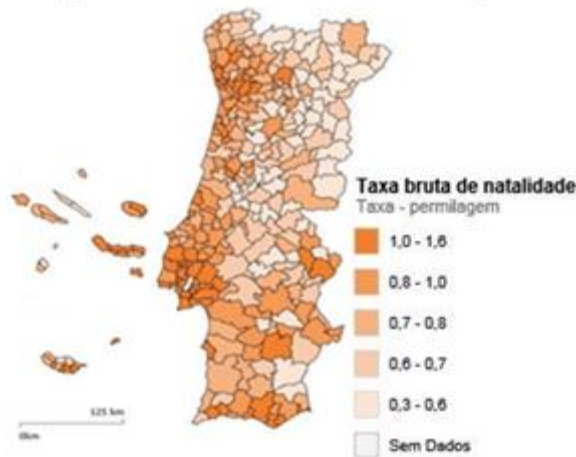
Concluimos assim, que a disparidade entre o município com maior e menor densidade populacional é de 7.144 habitantes/ Km². O que evidencia um grande desequilíbrio na distribuição espacial da população no território nacional.

1.4. Taxa Bruta de Natalidade

A taxa bruta de natalidade representa o número de nados-vivos por mil habitantes em determinada área e num determinado tempo, e demonstra a capacidade de renovação da população, assim como reflete as condições sociais, económicas e culturais que a mesma possui.

A taxa bruta de natalidade em Portugal em 2010 foi de 9,5%, o que significa que nesse ano, por cada mil habitantes ocorreram 95 nascimentos. Assim, esta taxa expressa a

Figura 4 – Taxa Bruta de Natalidade, 2010



Fonte: PORDATA

nomeadamente, no Litoral Norte e Centro, e menor no Interior e Alentejo, como se pode visualizar na figura 4.

Segundo os dados observados para o ano de 2010, as taxas brutas de natalidade mais elevadas encontram-se nos municípios da Ribeira Grande (16‰), Porto Santo (15,70‰) e Montijo (15,50‰).

Enquanto, as taxas mais baixas situam-se nos municípios da Alfândega da Fé (2,7‰), Almeida (2,8‰) e Penedono (3‰). A situação de baixa natalidade evidenciada pelos municípios tem consequências na estrutura etária dos seus habitantes, assim como na sua produtividade, o que coloca em perigo a sua subsistência.

Posto isto, comparando o município com taxa de natalidade mais elevada com o município com taxa de natalidade mais baixa, apuramos que existe uma disparidade de 13‰.

Importa concluir, que em termos de natalidade o país é heterogéneo, e, por via dos efeitos que a baixa natalidade provoca nas economias rurais, que já se encontram bastante envelhecidas, os desequilíbrios tendem a aumentar e não a diminuir.

1.5. Índice de Envelhecimento

Este indicador reflete a estrutura etária do país, uma vez que evidencia a percentagem de população envelhecida no total da população jovem. O envelhecimento da população portuguesa no decorrer dos últimos anos é consequência de alterações sociais, económicas e culturais, tais como, aumento da esperança média de vida, baixas taxas de natalidade e de fecundidade e saldos migratórios negativos. Este último tem grande

intensidade com que os nascimentos influenciam o total da população, mais concretamente, no seu crescimento natural.

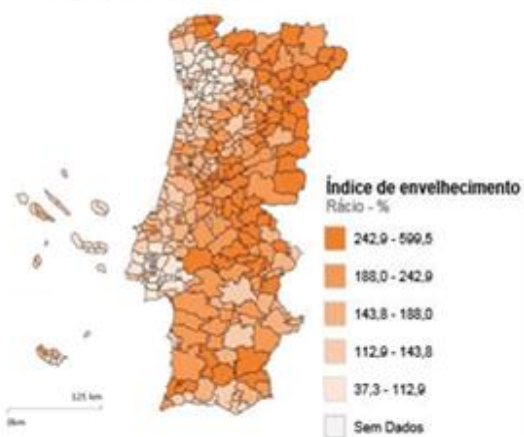
No âmbito dos municípios, constatámos que a média nacional é superada em apenas 23% dos 308 municípios. Neste contexto, é de salientar que a taxa bruta de natalidade é superior nos municípios do Litoral,

influência, uma vez que são os mais jovens que se encontram mais propensos a emigrar. Em consequência disto, tem-se verificado um aumento do peso das pessoas idosas no total da população.

Em Portugal, o índice de envelhecimento em 2010 era de 128,6, o que significa que residiam no país 128,6 idosos por cada 100 jovens. Na perspetiva da análise municipal, importa registar que, dos 308 municípios portugueses, aproximadamente 69% apresentam valores superiores ao valor médio apresentado para o país.

Os municípios que apresentam o maior número de idosos por 100 jovens localizam preferencialmente, no Interior do país, mais concretamente nas regiões do Interior Norte e Centro e todo Alentejo - como se pode ver na figura 5. Neste âmbito, destacam-se os

**Figura 5 – Índice de Envelhecimento, 2011
- Valores Provisórios**



Fonte: PORDATA

seguintes municípios: Penamacor (599,5 idosos por 100 jovens), Pampilhosa da Serra (591 idosos por 100 jovens) e Vila Velha de Rodão (584,8 idosos por 100 jovens).

Pelo contrário, os municípios de Ribeira Grande (com 37,3 idosos por 100 jovens), Lagoa (R.A.A.) (48,3 idosos por 100 jovens) e Câmara de Lobos (48,8 idosos por 100 jovens), são os municípios que se encontram mais rejuvenescidos. Importa

salientar, que todos estes municípios pertencem às regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Neste âmbito, no conjunto do território continental português, os municípios mais rejuvenescidos são os seguintes: Lousada (com 59,8 idosos por 100 jovens), Paredes (60,9 idosos por 100 jovens) e Paços de Ferreira (e 61,1 idosos por 100 jovens).

Neste contexto, a agregação da informação para os municípios nacionais coloca em evidência a enorme disparidade entre o município com o maior e menor número de idosos por 100 jovens (562,2 idosos por 100 jovens), o que espelha bem as desigualdades existentes.

Em termos gerais, os municípios encontram-se com uma população bastante envelhecida, no entanto, quando confrontamos a realidade dos municípios do Litoral

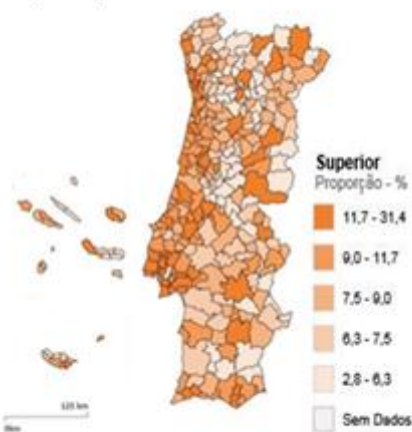
com a realidade dos municípios do Interior reparamos que envelhecimento é superior nestes últimos.

1.6. População Residente com Ensino Superior

A formação do capital humano é um factor decisivo para a evolução de um país, uma vez que o nível de educação da população, tanto tem influência no dinamismo económico presente, assim como, o dinamismo económico futuro.

De acordo com os dados analisados, a percentagem da população residente com ensino superior, no total da população residente com 15 ou mais anos de idade, é de 14%. O baixo nível de escolarização evidenciado constitui um facto preocupante, sobretudo, quando se tem presente a sua contribuição para o desenvolvimento económico e social do país.

Figura 6 – População Residente com Ensino Superior, 2011



Fonte: PORDATA

Na perspetiva territorial, os resultados obtidos demonstram que existe duas realidades muito distintas no território nacional: se, por um lado, os municípios do Litoral apresentavam valores elevados face à média nacional, por outro lado, os municípios do Interior apresentavam valores substancialmente baixos.

Assim, destacam-se neste particular os seguintes municípios: Lisboa (31,4%), Oeiras (31%) e Porto (25,7%).

Em contraponto, assumem uma posição mais gravosa os seguintes municípios: Pampilhosa da Serra (2,8%), Gavião (3,9%) e Cinfães (4,30%).

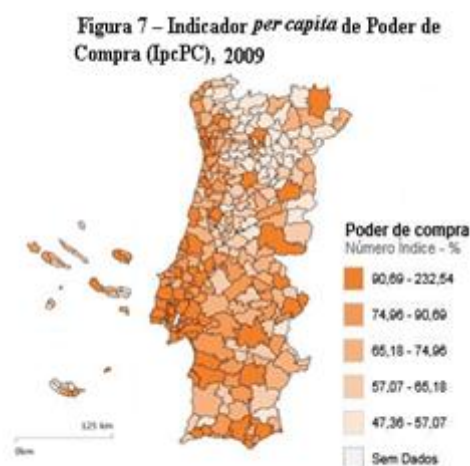
Em suma, numa perspetiva municipal, é notória a tendência, que, aliás, é transversal a todo o território, para que as desigualdades em matéria de ensino se perpetuem que no tempo. Igualmente, merece particular atenção, o intervalo que separa o município com maior e menor percentagem de população residente com o ensino superior, que representava, em 2011, 28,6% do total da população residente com 15 ou mais anos de idade.

1.7. Indicador *per capita* de Poder de Compra (IpcPC)

O IpcPC capta o poder de compra manifestado nos diferentes municípios nacionais, e por esse meio, é um indicador que mede o nível de desenvolvimento de determinada área. Assim, observa-se que, o IpcPC reflete o peso do poder de compra de cada município no conjunto do território nacional, para o qual assume o valor 100.

Os resultados do IpcPC nacional, reportados ao ano de 2009, refletem uma imagem assimétrica do país, demonstrando um país desequilibrado, em benefício dos municípios do Litoral, mais concretamente, das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Numa apreciação mais atenta deste indicador, constatamos que dos 308 municípios de Portugal, apenas 12,66% (39 municípios) possuem um poder de compra por habitante acima da média nacional, o que é manifestamente pouco e evidencia o fraco desenvolvimento existente na maioria dos municípios.



Fonte: PORDATA

(47,73) e Ribeira de Pena (48,87).

Ao nível municipal, Lisboa (232,54) é claramente o município que maior contributo oferece para o IpcPC, seguindo-se Oeiras (185,27) e Porto (178,77).

Por outro lado, os seguintes municípios apresentam níveis de poder de compra muito baixos: Sernancelhe (47,36), Celorico de Basto

Em sequência disto, na perspetiva da análise municipal, importa, igualmente, referir as seguintes conclusões:

- ✓ o município de Lisboa apresenta o IpcCP mais elevado do país, que supera a média nacional em mais do dobro;
- ✓ 39 municípios, superavam o IpcPC médio nacional, destacando-se, os do Litoral;
- ✓ 269 municípios, demonstravam um IpcPC inferior à média nacional, dos quais, em 12 municípios o IpcPC não chega sequer aos 50 pontos, que significa que esses municípios não atingem sequer 50% do poder de compra *per capita* nacional.

É, no entanto, em termos de amplitude registada entre os valores mais elevados e os mais baixos que apuramos a dimensão disparidade (185,18 pontos) existente no território nacional. Assim, verifica-se que a assimetria apurada é superior à média nacional.

1.8. Estrutura Empresarial

A estrutura empresarial em Portugal é fundamentalmente marcada pela presença de micro e pequenas e médias empresas. Neste âmbito, são consideradas microempresas as que possuem menos de 10 trabalhadores; pequenas e médias empresas são as que possuírem um número de trabalhadores inferior a 250; e as grandes empresas são as que empregam mais de 250 trabalhadores.

Pela análise dos dados referentes ao tecido empresarial, detetamos que em Portugal cerca de 95,6% das empresas são microempresas, seguindo-se, as pequenas e médias com 4,3% do total das empresas no território nacional, e, conseqüentemente, as grandes empresas representam apenas 0,01% do total das empresas em território português.

É, igualmente, de salientar que em 73% dos municípios as micro, pequenas e médias empresas representam 100% do seu tecido empresarial. Destacando-se, neste particular as microempresas que são em percentagem superior à média nacional em 71% dos municípios. Estes dados reforçam a ideia, exposta anteriormente, de predomínio destas entidades no panorama empresarial português.

Os dados sugerem ainda que existe concentração territorial, considerando a escala municipal, de pequenas e médias empresas no Litoral do país, mais concretamente, no Litoral Norte e Centro, enquanto, as microempresas, embora a pontifiquem com grande supremacia em todo país, a sua proporção é superior no Interior Norte, todo Alentejo e Regiões Autónomas, como se pode ver na figura 8.

Podemos concluir ainda, pelos dados, que não existem grandes empresas em 226 municípios, prevalecendo, neste particular, os municípios do Interior.

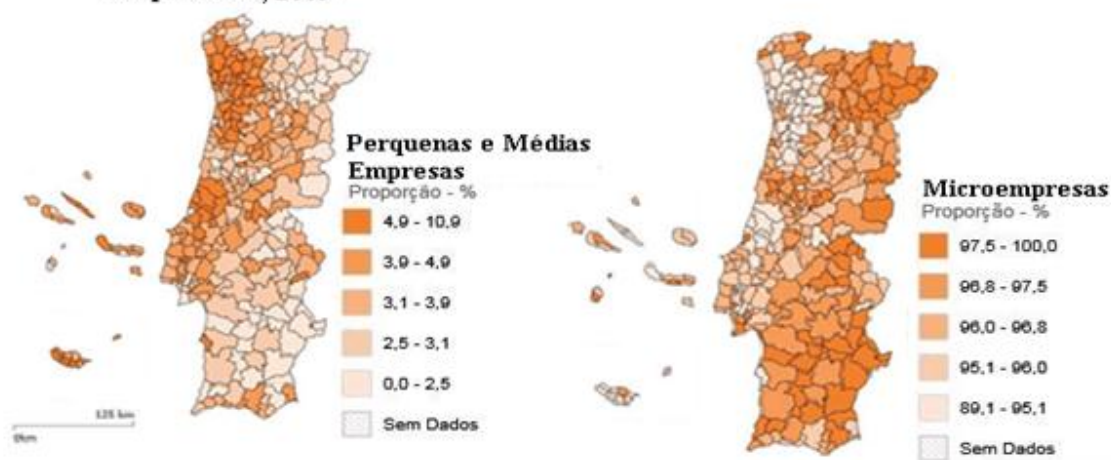
Numa análise territorialmente mais detalhada, denota-se que a proporção de microempresas em termos de municipais é superior nos seguintes municípios: Corvo (100%), Castelo de Vide (98,9%), Aljustrel (98,9%) e Lajes das Flores (98,9%).

Relativamente à incidência das pequenas e médias empresas por município, constata-se que a maioria se situa no Litoral, nomeadamente, Litoral Norte e Centro, destacando-se,

neste âmbito, os seguintes municípios: Marco de Canaveses (10,9%), Felgueiras (9,7%) e Lousada (9,3%).

Por fim, como já foi evidenciado, as grandes empresas são em pequeno número no território nacional, assim, a sua distribuição espacial é desequilibrada, predominando os do Litoral, nomeadamente, Lisboa (240 empresas), Oeiras (66 empresas) e Porto (33 empresas). No que respeita à proporção destas empresas no total do sector empresarial, destacam-se os seguintes municípios: Oliveira de Frades, Campo Maior e Santa Cruz das Flores, todos com 0,4% do total de empresas. Esta situação, poderia levar ao engano, por isso optou-se por se colocar, simultaneamente, a proporção de grandes empresas e o número das mesmas por município, dado que a maior proporção de grandes empresas destes últimos municípios se deve a existência de um número reduzido de empresas neles. Assim, em termos de grandes esses municípios possuem as seguintes; 3 (Oliveira de Frades), 2 (Campo Maior) e 1 (Santa Cruz das Flores).

Figura 8 – Proporção de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Sector Empresarial, 2009



Fonte: PORDATA

Portanto, pode concluir-se que a atividade empresarial assenta sobretudo em empresas de pequena e média dimensão, o que cria no país uma grande vulnerabilidade, uma vez que estas empresas, por norma, não têm estrutura suficiente para resistir a choques que ocorram na economia, nem capacidade de competir em mercados externos.

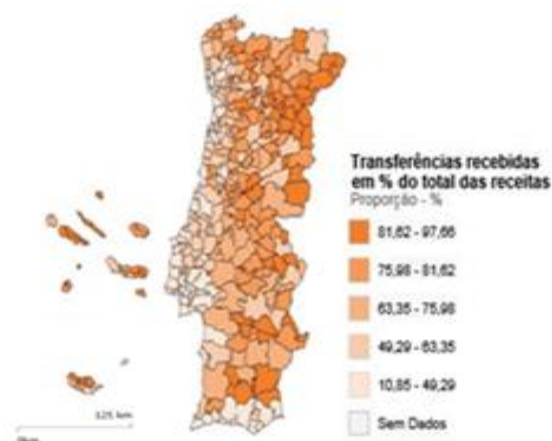
Por último, importa referir, que também na dimensão das empresas se denota uma tendência para a litoralização do país. Esta situação foi potencializada pela política de investimentos que canalizou mais e melhores infraestruturas para essas áreas.

1.9. Transferências Correntes e de Capital nas Câmaras Municipais em % do Total das Receitas

Os gastos e investimentos dos municípios portugueses são financiados através de: transferências provenientes do Estado; transferências de fontes comunitárias; e através da arrecadação de receitas próprias.

A capacidade para arrecadar receitas próprias pelos municípios depende do seu desenvolvimento. Assim, a análise destes dados permite-nos aferir qual a capacidade dos municípios para gerarem receitas próprias. Portanto, quanto menor for a influência das transferências no total das receitas do município, maior é autonomia do município em relação ao poder central, assim como, maior é a sua capacidade para promover o seu desenvolvimento.

Figura 9 - Transferências Recebidas em % do Total de Receitas



Fonte: PORDATA

O peso médio das transferências sobre as receitas nos 308 municípios é de 49%, o que significa, que em média, 51% dos fundos utilizados pelos municípios portugueses resultam de receitas próprias. No entanto, apenas 62 municípios apresentam capacidade para gerar receitas superiores à média nacional. Isto sugere que a capacidade de gerar receitas pelos municípios é baixa e difere de município para município.

Ao nível municipal, observa-se o mesmo padrão de litoralização demonstrado pelos indicadores anteriores. Constata-se assim, então, que é no Litoral que se encontram os municípios menos dependentes das transferências da administração central, como podemos ver pela análise da figura 9. Neste âmbito, destacam-se os seguintes municípios: Vila Real de Santo António (10,85%), Lisboa (13,65%) e Albufeira (16,9%).

Por seu turno, é nos seguintes municípios a dependência das transferências da administração central é mais elevada: Corvo (97,66%), Barrancos (94,39%) e Nordeste (93,94%). Estes dados sugerem que a capacidade destes municípios para gerarem receitas próprias é praticamente inexistente.

Esta análise indica que a capacidade para gerar recursos pelos municípios é geograficamente assimétrica. Nesse sentido, e, atendendo à forma concentrada como a capacidade de gerar receitas se distribui pelos municípios, assiste-se a uma disparidade enorme (86,81%), entre o município com maior e menor dependência das transferências da administração central.

Por fim, uma vez que a arrecadação de receitas próprias representa a capacidade dos municípios para se autossustentar, verificamos, que a maioria, especialmente os do Interior, se encontram excessivamente dependentes das transferências da administração central, e, assim, incapazes de promoverem internamente o seu desenvolvimento.

Conclusões

Neste capítulo, levamos a cabo uma apresentação do território nacional do ponto de vista das características internas dos municípios. Nesse âmbito, vamos agora apresentar as principais conclusões retiradas:

- ✓ O território nacional apresenta uma extensão de 92.212 Km² repartido por 308 municípios, dos quais, 278 pertencem ao Continente e 30 às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
- ✓ Ao nível populacional, a população residente no território nacional era, em 2010, de 10.637.346 indivíduos, situando-se maioritariamente no Litoral, mais concretamente, nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Com efeito, se considerarmos o rácio número de habitantes por Km², podemos verificar que a densidade populacional também é superior nos municípios do Litoral, enquanto, os municípios do Interior sofrem de um sério e preocupante défice de população;
- ✓ A nossa análise demonstra também, que o despovoamento do Interior tende agravar-se com o tempo, uma vez que os seus municípios possuem, atualmente, uma população bastante envelhecida e uma taxa de natalidade muito baixa;
- ✓ Importa, igualmente, salientar que a população com o ensino superior situa-se, preferencialmente, nos municípios do Litoral, sobressaindo, mais uma vez na nossa análise, as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto;
- ✓ Consequentemente, o poder de compra reflete a distribuição população e da educação. Verificando-se, que nas áreas onde os níveis educacionais são

superiores o IpcPC também o é. Este indicador mostra-se substancialmente superior no município de Lisboa (232,54), que excede o valor médio nacional em mais do dobro. A análise, deste indicador, sugere, ainda, uma associação positiva entre as áreas urbanas e o seu valor, que é sintomático da realidade nacional;

- ✓ Em matéria de atividade empresarial, ao nível dos municípios, verifica-se uma tendência para a litoralização do tecido produtivo, nomeadamente, pelas empresas de média e grande dimensão, que são as que geram emprego e rendimentos elevados;
- ✓ Previsivelmente, são os municípios do Litoral que têm maior capacidade para arrecadar receitas próprias, estando assim menos dependentes das transferências do estado. Destacando-se os municípios da área metropolitana de Lisboa e os da região do Algarve. Em contraponto, encontram-se os municípios do Interior e das Regiões Autónomas que estão excessivamente dependentes das transferências do estado, existindo casos em que a dependência das transferências representa mais de 90% das receitas totais. Esta situação é corolário, de tudo o que se foi mostrando nesta secção, uma vez que as receitas próprias dos municípios só são possíveis de se arrecadar se existir desenvolvimento – se existir população e atividade económica – no município.

III. ANÁLISE DA CONVERGÊNCIA

1. Metodologia

Vamos agora examinar os processos de convergência do desenvolvimento económico entre os municípios que constituem o território nacional, para o período de 1995-2009. Como a pretensão é explicar a variação do desenvolvimento, procuramos um indicador nas fontes oficiais de estatísticas que nos permitisse utilizar como *proxy*. Neste âmbito, dado que não existem dados do Produto Interno Bruto e para o Valor Acrescentado Bruto desagregados ao nível dos municípios (que são os indicadores mais utilizados na literatura para estudos de convergência) o Indicador *per Capita* do Poder de Compra (IpcPC) pareceu-nos um indicador apropriado para medir o desenvolvimento e a produtividade nos municípios, uma vez que se trata de um indicador que compara o poder de compra, em termos *per capita*, nas diferentes unidades territoriais com o valor de referência nacional.

Foram utilizados nesta abordagem dados recolhidos de várias fontes, nomeadamente, Instituto Nacional de Estatística (INE), PORDATA e *Sales Index*. Após serem recolhidos, os dados foram alvo de algum trabalho de ajustamento prévio para depois serem utilizados nos modelos econométricos escolhidos para testar a convergência.

Para levar a cabo as regressões, a técnica de econometria espacial utilizada será do tipo seccional (cross-section), o método de estimação é o Mínimo Quadrados Ordinários (MQO) e os cálculos serão realizados através do *Statistics Data Analysis* (STATA.11).

A análise será realizada para o universo dos 308 municípios que constituem o território nacional para o período de 1995 a 2009. O facto de se estar a trabalhar com um número elevado de unidades territoriais coloca dificuldades ao nível da conclusividade em análises territorialmente mais detalhadas.

Assim, a análise dos dados ocorreu em duas etapas: na primeira fase observou-se o comportamento do IpcPC em cada município, verificando se se aproximou (convergência) ou se afastou (divergência) da média nacional; na segunda fase procedeu-se à modelação de dados e a inferências estatísticas.

Na literatura encontramos as seguintes formas para avaliar a convergência entre unidades territoriais durante determinados períodos de tempo: análise do comportamento das regiões, convergência σ e convergência β (absoluta ou condicional).

1.1. Análise do Comportamento das Regiões

MARTINS e BARRADAS (2009) analisam a convergência através da observação do comportamento dos territórios em relação à média nacional. Nesta análise eles consideram que os territórios que se aproximam da média estão num processo de convergência e os que se afastam da média estão num processo de divergência. Assim, estes autores subdividem o processo de convergência e divergência em: convergência positiva, quando uma região ascende a uma posição mais próxima da média; convergência negativa, quando uma região se aproxima da média de forma decrescente; divergência positiva, quando uma região se afasta da média de forma crescente; divergência negativa, quando uma região se afasta da média de forma descendente.

Para calcular a posição de cada região em relação à média num período de tempo, vamos utilizar a seguinte fórmula (MARTINS e BARRADAS, 2009, p. 42):

$$Q_r = \frac{\frac{X_{r,t+k}}{X_{PT,t+k}} \frac{X_{PT,t+k}}{X_{PT,t}}}{\frac{X_{r,t}}{X_{PT,t}} \frac{X_{PT,t}}{X_{PT,t}}} = \frac{\frac{X_{r,t+k}}{X_{PT,t+k}} - 1}{\frac{X_{r,t}}{X_{PT,t}} - 1} \quad (3)$$

onde, Q_r é o coeficiente da região, $X_{r,t+k}$ é o indicador para a região r , no momento $t+k$ (final), $X_{r,t}$ é o indicador para a região r no momento t (inicial), $X_{PT,t+k}$ é valor do indicador para o território nacional no momento $t+k$ (final) e $X_{PT,t}$ é valor do indicador para o território nacional no momento t (inicial).

Assim, MARTINS e BARRADAS (2009, p. 42) afirmam que este método “permite concluir pela existência de convergência (divergência) na região r quando $|Q_r| < 1$ (> 1) ou ausência de convergência quando $|Q_r|=1$, e dá-nos a respetiva amplitude”.

1.2. Convergência σ

A convergência σ manifesta-se através da diminuição da dispersão do rendimento entre as diferentes regiões ao longo do tempo e pode ser apurada através do desvio padrão ou do coeficiente de variação.

Uma vez, que vamos utilizar o desvio padrão a fórmula de cálculo é a seguinte:

$$\sqrt{\frac{n \sum_i y_i^2 - (\sum_i y_i)^2}{n(n-1)}}. \quad (4)$$

Existe convergência σ quando a dispersão diminuiu ao longo do tempo, o que significa que as assimetrias entre as regiões estão a atenuar-se com o tempo.

1.3. Convergência β

No processo de convergência β absoluta é defendido pelo modelo de crescimento neoclássico, que prevê que as regiões que estejam mais afastadas do seu estado de equilíbrio crescem mais rapidamente, ou seja, as regiões mais atrasadas vão crescer mais rapidamente. É também defendido que as economias caminham para o mesmo ponto de equilíbrio, não existindo diferenças estruturais entre elas, uma vez que existe perfeita mobilidade de factores e a tecnologia é de acesso generalizado. Assim, há convergência entre as regiões quando o valor do coeficiente se apresente negativo, o que indica que as regiões mais atrasadas estão a crescer mais rapidamente que as mais avançadas.

Posto isto, vamos começar por testar a hipótese neoclássica da convergência absoluta no IpcPC entre os 308 municípios portugueses utilizando a seguinte equação:

$$\frac{1}{15} \ln \left(\frac{podcmp_{i,09}}{podcmp_{i,95}} \right) = \beta_0 + \beta_1 \ln podcmp_{i,95} + u_{i,09}, \quad (5)$$

que corresponde à regressão da taxa de crescimento média anual do IpcPC logaritimizado, contra o logaritmo do IpcPC no período inicial (variável desfasada), onde $i=1, 2, \dots, 308$ representa os 308 municípios portugueses, assumindo a presença de uma constante (β) e de um termo de erro ($u_{i,09}$).

Na convergência β condicionada pressupõe-se que as economias convergem para estados estacionários distintos. Posto isto, para além da posição inicial, são incluídas no modelo variáveis que controlam as diferenças estruturais existentes entre os municípios. A convergência β condicionada foi estimada através da seguinte equação:

$$\frac{1}{15} \ln \left(\frac{podcmp_{i,09}}{podcmp_{i,95}} \right) = \beta_0 + \beta_1 \ln podcmp_{i,95} + \gamma X_i, \quad (6)$$

que corresponde à regressão do crescimento média anual do IpcPC logaritimizado contra o valor do IpcPC no período inicial (variável desfasada), onde $i=1, 2, \dots, 308$ representa os 308 municípios portugueses, assumindo a presença de uma constante (β), de um

termo de erro ($u_{i,09}$) e de um conjunto de variáveis (X_i) que fixam as características dos municípios.

Assim, SILVA, e SILVA, (2002b), num estudo realizado para as regiões europeias, utilizam com resultados estatisticamente significativos as seguintes variáveis explicativas ou de controlo: objetivo 1¹ (assume 1 se a região for considerada como objetivo 1 no quadro das políticas estruturais comunitárias, 0 caso contrário); a percentagem do valor acrescentado bruto nos sectores primário e secundário; periferia (assume valor 1 para as regiões periféricas² e o valor 0 caso contrário); densidade populacional; extensão relativa de autoestrada em km por habitante, em 1985. Já SOUKIAZIS e ANTUNES (2004) analisam a convergência regional, ao nível das NUT III nacionais, condicionada aos sectores de atividade (primário, secundário e terciário). Enquanto, BARRADAS e LOPES, (2007) incluíram como variáveis de controlo as seguintes variáveis: investimento público, que apesar de apresentar coeficiente positivo, apenas encontra significância estatística num curto período, e o coeficiente de *Verdoorn*, que apresenta significância estatística na maioria das regiões. CHASCO e LOPEZ (2011) utilizam como variáveis de controlo para os países da União Europeia a percentagem de empregados na população total, formas de governos regionais (1: completamente centralizados; 2: países semi-regionalizados; 3: países regionalizados ou federalizados), desfasamento especial do Valor Acrescentado Bruto *per capita* em 1991, desfasamento especial da percentagem de empregados sobre a população total em 1991, coordenada x (direção este-oeste) e coordenada y (direção norte-sul). Neste caso verificou-se que todas estas variáveis apresentaram coeficientes bastante significativos. Por fim, VIEGAS e ANTUNES (2012), num estudo para os municípios portugueses, encontram significância estatística para a variável Interior (assume valor 1 se região pertence ao Interior e 0 caso contrário) captando assim os efeitos de pertencer ao Interior.

Posto isto, vamos agora apresentar de seguida as variáveis explicativas ou de controlo que serão utilizadas na análise de convergência entre os municípios nacionais:

¹ Classificação no âmbito da política regional da União Europeia com o objetivo essencial de alcançar a coesão económica e social, são consideradas Objetivo 1, aquelas cujo Produto Interno Bruto (PIB) por habitante é inferior a 75% da média comunitária.

² Classificação europeia para os territórios geograficamente distantes do centro.

- ✓ PROINVMUN – Percentagem por município do investimento total realizado, tem por objetivo captar os efeitos do investimento público local no crescimento do IpcPC;
- ✓ PROGRDEMP – Proporção de grandes empresas³ no total das empresas: procura-se com a inclusão desta variável captar o investimento de capital privado no município, bem como os efeitos da polarização a partir da implementação de uma grande empresa (indústria) potenciadora de economias de escala;
- ✓ MAGRIC – Mão de obra agrícola no total da mão de obra nacional: a colocação desta variável deve-se ao facto de ser expectável que um elevado peso da população agrícola seja desfavorável ao desenvolvimento local, dado que se trata de um sector de baixa produtividade e onde ainda existe alguma resistência à implementação de novas tecnologias;
- ✓ DOCENSUP - Docentes do ensino superior por habitante: o objetivo da inclusão desta variável é obter quer a formação de capital humano, assim como, a capacidade para se realizar pesquisa científica;
- ✓ LNCONSELE – Logaritmo natural do consumo de energia elétrica: procura-se, assim, captar o progresso técnico por via da utilização de maquinaria elétrica;
- ✓ TESCENSSEC - Taxa bruta de escolarização do ensino secundário: é o nível de educação obrigatória em Portugal e demonstra a formação de capital humano por via da escolarização;
- ✓ TERC - Proporção de mão de obra do sector terciário sobre o total de mão de obra: a inclusão desta variável prende-se com o facto de ser o setor que abarca grande parte das profissões socialmente valorizadas e que ocupam a mão de obra mais instruída;
- ✓ DISTLX⁴ - Distância de cada município a Lisboa em tempo: a inclusão desta variável tem como objetivo captar os efeitos da difusão do desenvolvimento a partir de um centro desenvolvido para os restantes municípios; assim, pretende-se verificar quais as vantagens de estar próximo da região mais dinâmica do país;

³ Empresas com 250 ou mais trabalhadores.

⁴ Esta variável só introduzida para os 278 municípios continentais.

- ✓ LITORAL⁵ - Litoral: variável dicotómica que assume 1 se o município pertence a uma NUTIII com fronteira com o mar e 0 caso contrário. A posição geográfica é um factor mencionado com insistência nos estudos de convergência regional, nomeadamente, dado que se entende que a posição de determinada região interfere significativamente com o seu desenvolvimento.

No quadro 1, estão apresentadas as variáveis independentes que vamos utilizar, assim como as fontes utilizadas e os sinais esperados nas estimações.

Quadro 1
Variáveis Explicativas ou de Controlo a Utilizar

Variável	Fonte	Sinal Esperado
LNPODCMP95	INE	-
INVMUN	<i>Sales Index</i>	+
MAGRIC	INE*	-
DOCENSUP	INE*	+
CONSELE	INE	+
PROGRDEMP	INE*	+
TERC	INE*	+
TESCENSSEC	INE	+
LITORAL	Elaboração Própria	+
DISTLX	<i>Sales Index</i>	-

*Dados do INE; elaboração própria dos cálculos.

2. Teste do Modelo e Discussão dos Resultados

Como já foi anteriormente mencionado, o objetivo do presente trabalho é a análise da convergência do desenvolvimento nos municípios portugueses no período 1995-2009. Por isso, vamos apresentar agora os resultados obtidos através dos procedimentos atrás mencionados.

Nesse sentido, começamos por verificar o comportamento individual dos municípios em relação à média nacional. De seguida, vamos expor as conclusões extraídas da convergência σ e terminamos com a análise da convergência β .

O facto de se estar a trabalhar com 308 unidades territoriais coloca algumas dificuldades na análise individual, uma vez que se verificam comportamentos muito diversificados por parte dos municípios portugueses.

⁵ Esta variável só introduzida para os 278 municípios continentais.

2.1. Processos de Convergência ou Divergência nos Municípios, 1995-2009

Nesta secção vamos verificar a situação dos municípios em relação à média nacional. Podemos obter para cada município a situação de ter ocorrido no período da análise, convergência (positiva ou negativa) ou divergência (positiva ou negativa).

A evolução do IpcPC verificada nos municípios portugueses, no período 1995-2009, é positiva na maioria dos municípios portugueses. No que respeita à convergência, deve salientar-se que, simultaneamente, 92,5% dos municípios do país convergiram para a média nacional.

Os dados sugerem que a convergência é positiva em 85,7% dos municípios, dos quais destacamos os seguintes municípios: Porto Santo (variação no IpcPC de 73,90); Santa Cruz (variação no IpcPC de 63,55); Azambuja (variação no IpcPC de 52,96).

No que respeita à convergência negativa, verificou-se em 6,8% dos municípios, evidenciando-se os seguintes municípios: Lisboa (variação no IpcPC de -81,55); Porto (variação no IpcPC de -78,23); São João da Madeira (variação no IpcPC de -9,38).

Antes de prosseguir com a análise, importa referir que no caso do município de Odivelas existe uma perda significativa no período 1995-2009. No entanto, esta situação foi causada pelo facto de em 1995 não existirem dados para este município, uma vez que nesta altura ainda não se tinha dado a sua elevação a concelho. Sendo assim, para efeitos do presente estudo, o IpcPC que lhe atribuímos foi o verificado no município de Loures, dado que Odivelas era nessa data uma freguesia desse concelho. O mesmo procedimento foi realizado para os municípios da Trofa e de Vizela.

Em relação à divergência, ocorreram movimentos divergentes em cerca de 7,5% dos municípios. Evidenciando-se, neste âmbito, a divergência positiva que se verificou em 5,2% dos municípios. Entre os municípios que mais sobressaíram neste particular destacam-se: os municípios de Alcochete, com uma variação no IpcPC de 64,40, Funchal, com uma variação no IpcPC de 35,95, e Montijo, com uma variação no IpcPC de 32,67.

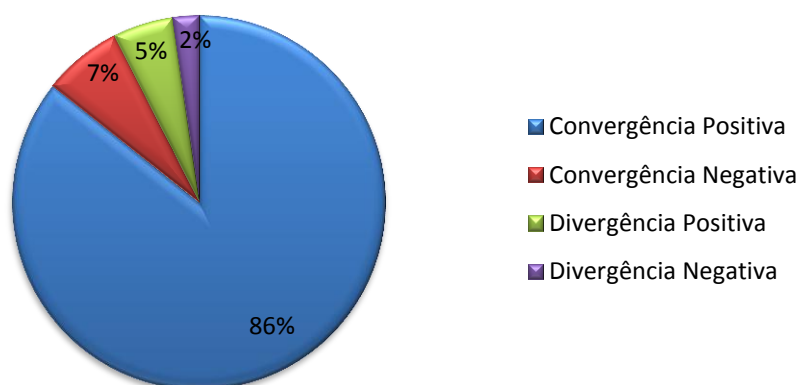
Enquanto, a divergência negativa ocorreu em apenas 2,3% dos municípios, com destaque para os municípios da Marinha Grande, onde se registou uma variação no

IpcPC de -9,26, Vendas Novas, onde se registou uma variação no IpcPC de -8,48, e Lagoa onde se registou uma variação no IpcPC de -8,43.

Por fim, destacamos o facto de se ter verificado, em, aproximadamente, 91% dos municípios, uma variação positiva no IpcPC durante o período em análise, o que significa que o IpcPC verificado nestes municípios no fim do período em análise é superior ao que se verificava no início do período. Estes dados sugerem que ocorreu uma evolução positiva no poder de compra da esmagadora maioria dos municípios.

Esta situação advém de se estar a analisar um período considerável, em ocorreram inúmeras transformações no país, derivado da integração na União Europeia e a entrada na moeda única.

Figura 10 - Processo de Convergência ou Divergência nos 308 Municípios de Portugal



Fonte: Dados do INE; elaboração própria dos cálculos.

Quando excluimos da nossa análise os 30 municípios dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, as conclusões que retiramos são idênticas às verificadas para o país, ou seja, os comportamentos verificados nos municípios do Continente, como representam uma amostra muito representativa do total Nacional, não difere muito dos obtidos para uma análise territorialmente mais ampla.

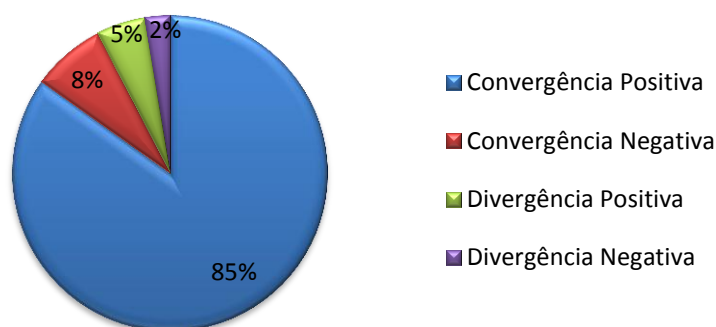
Neste contexto de crescimento do IpcPC, denota-se que os processos de convergência predominam – 92,4% dos municípios convergiram. Mais concretamente, convergência positiva, – em 84,9% dos municípios – com destaque para os seguintes municípios: Azambuja (variação no IpcPC de 52,96); Castro Marim (variação no IpcPC de 40,09); Óbidos (variação no IpcPC de 39,08).

Por outro lado, verifica-se convergência negativa em apenas 7,6% dos municípios, sobressaindo os mesmos municípios que referimos para o território nacional – Lisboa, Porto e São João da Madeira.

Convém salientar ainda, que a percentagem de municípios onde se verificou convergência negativa é superior à que foi apresentada para os 308 municípios nacionais, dado que nos municípios dos Arquipélagos não se verificaram processos de convergência negativa.

No que respeita à divergência, verificamos que, aproximadamente, 7,5% dos municípios continentais apresentaram uma evolução divergente em relação à média nacional, repartindo-se da seguinte forma: 5% apresentam divergência positiva, destacando-se, neste âmbito, os municípios de Alcochete (variação no IpcPC de 64,40), Montijo (variação no IpcPC de 32,67), e Oeiras (variação no IpcPC de 32,32); e 2,5% apresentam divergência negativa, evidenciando-se agora, os municípios da Marinha Grande (variação no IpcPC de -9,26), Vendas Novas (variação no IpcPC de -8,48), e Lagoa (variação no IpcPC de -8,43).

Figura 11 - Processo de Convergência ou Divergência nos 278 Municípios de Portugal Continental



Fonte: Dados do INE; elaboração própria dos cálculos.

À semelhança do que fizemos atrás, vamos agora excluir da análise os municípios do Continente. Assim, verificamos que na generalidade dos municípios dos arquipélagos dos Açores e da Madeira verificaram-se variações positivas no IpcPC, no período entre 1995 e 2009.

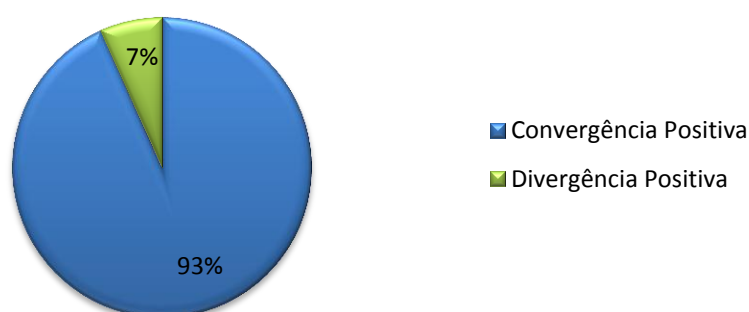
Neste âmbito, verifica-se convergência positiva em 93% dos municípios, de entre os quais se destacam os municípios de Porto Santo (variação do IpcPC de 73,90), Santa Cruz (variação do IpcPC de 63,55), e Machico (variação do IpcPC de 41,53). No que

respeita à divergência, ela verificou-se apenas em dois municípios: Funchal e Ponta Delgada. No primeiro, a variação do IpcPC foi de 35,95, enquanto no segundo foi de 17,66.

Não obstante, de se ter verificado uma evolução positiva no IpcPC na generalidade dos municípios portugueses. No entanto, esta evolução está relacionada com o baixo nível existente no início do período em grande parte dos municípios.

Assim, no ano de 1995, 89% dos municípios apresentavam um IpcPC inferior à média nacional. No entanto, ainda se verificava que destes 50% apresentavam um IpcCp inferior a metade da média nacional. Contudo, apesar da evolução positiva apurada no período, a situação no ano de 2009 ainda não era a mais animadora, uma vez que existe uma percentagem elevada (87%) de municípios em que o IpcPC era inferior à média nacional, dentro dos quais, 4% apresentavam ainda um IpcPC inferior a metade da média nacional.

Figura 12 - Processo de Convergência ou Divergência nos 30 Municípios dos Arquipélagos Portugueses



Fonte: Dados do INE; elaboração própria dos cálculos.

Em suma, a análise dos dados permite-nos concluir que existiu convergência positiva no IpcPC dos municípios portugueses no período de 1995-2009. No entanto, ela deu-se maioritariamente nos municípios que apresentavam um indicador inferior a metade da média nacional, o que demonstra que no início do período existia um grande atraso nesses municípios. Quando voltamos a nossa análise para os municípios do Continente, observa-se predominantemente comportamentos de convergência, mais concretamente, convergência positiva. No entanto, também se verificam movimentos divergência, quer negativa, quer positiva, mas, em número residual. Salienta-se por fim, que todos municípios dos arquipélagos da Madeira e dos Açores registaram variação positiva no

IpcPC no período, ou seja, no final do período da análise estavam com um indicador superior ao registado inicialmente.

2.2. Convergência σ nos Municípios Portugueses, 1995-2009

A seguir vamos analisar a convergência σ , que é uma das medidas utilizadas para avaliar a convergência entre os municípios nacionais. Esta medida atua sobre a evolução da dispersão do IpcPC nos municípios portugueses ao longo do tempo. No caso concreto, no período de 1995 a 2009. Para avaliar a convergência σ utilizamos várias medidas que avaliam a dispersão, de entre as quais o desvio padrão, que é apresentado na figura 13.

Em todas as medidas, constata-se a existência de um comportamento regular de diminuição da dispersão no período, ou seja, verifica-se convergência, no período em análise, dado que o coeficiente do desvio padrão cai significativamente com o passar do tempo.

Constata-se, de igual modo, que as assimetrias existentes no território continental português são superiores às que existem nos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

No total Nacional constata-se que a redução da dispersão ao longo de todo o período é acentuada. No entanto, é possível distinguir duas fases distintas de convergência: na primeira fase, entre 1995 e 2004, denota-se uma tendência forte de convergência, evidenciada por uma diminuição acentuada da dispersão; na segunda fase, entre 2004 e 2009, verifica-se uma desaceleração da convergência, evidenciada por uma ténue diminuição da dispersão.

Retirando da amostra os municípios dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, verifica-se que não existem alterações substanciais na tendência da dispersão. Esta situação deve-se ao facto dos municípios pertencentes ao Continente representarem 90% dos municípios portugueses. Daí que quando retiramos os municípios dos Arquipélagos não existe grande variação na amostra, e por conseguinte os resultados também não variaram muito.

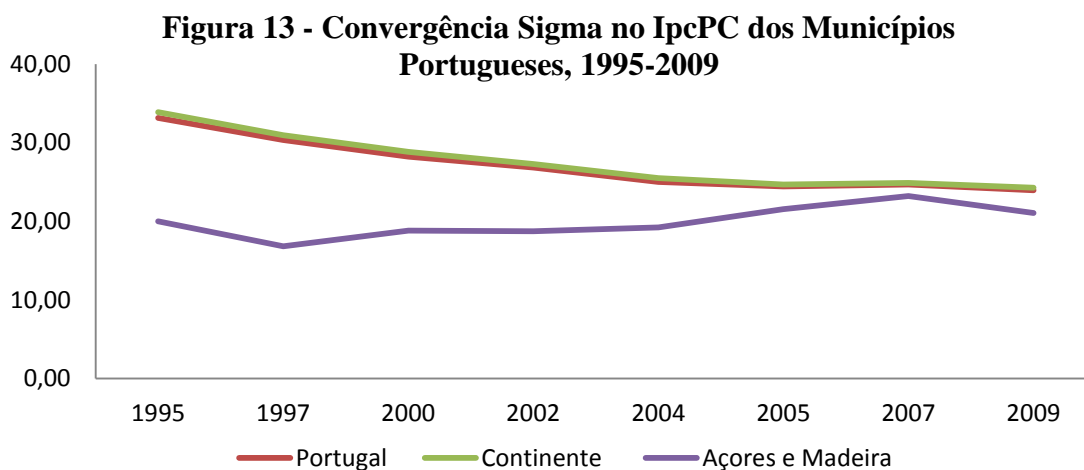
Uma outra observação diz respeito aos municípios das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, constatando-se que a evolução da dispersão é diferente da verificada no Continente (figura 13).

Nos municípios dos arquipélagos dos Açores e da Madeira a variação da dispersão regista um comportamento irregular. Apesar, de se assistir, em alguns períodos, a uma ligeira diminuição da dispersão, no período global, verifica-se que uma variação da dispersão ténue e desfavorável à convergência.

O comportamento da dispersão nos municípios dos arquipélagos é consequência de divergências acentuadas, nomeadamente, nos municípios do Funchal, onde o IpcPC passou de 97,33 em 1995 para 133,28 em 2009, e Ponta Delgada, onde o IpcPC passou de 100,18 em 1995 para 117,74 em 2009.

Com efeito, esta situação não levou a uma oscilação elevada na dispersão porque foi compensada pelos restantes municípios, que apresentaram também variações positivas, no IpcPC, aproximando-se, assim, da média nacional.

Em suma, importa salientar, que se verificou uma redução significativa da dispersão do IpcPC entre os municípios portugueses no período. Porém, a redução é mais saliente nos primeiros 10 anos do período analisado do que nos restantes anos. Na figura 13 apresentamos o comportamento do desvio padrão entre 1995 e 2009.



Fonte: Dados do INE; elaboração própria dos cálculos.

2.3. Convergência Absoluta e Condicional nos Municípios Portugueses, 1995-2009

Com base na metodologia da convergência β vamos observar se as regiões mais pobres estão a crescer mais depressa do que as regiões inicialmente mais ricas, assim, existe

convergência quando o coeficiente de convergência associado à variável do IpcPC inicial for negativo e estatisticamente significativo.

No quadro 2 são apresentados os resultados das estimações da equação da convergência β absoluta (5). As diferentes estimações são realizadas com amostras diferentes, a estimação 1 é realizada para o total de municípios portugueses, a estimação 2 é realizada para os 278 municípios do Continente e estimação 3 é realizada para os municípios dos arquipélagos do Açores e da Madeira.

Quadro 2
Resultados da Regressão da Convergência β Absoluta Municípios, 1995-2009

VARIÁVEIS	(1) Nacional	(2) Continente	(3) Arquipélagos dos Açores e Madeira
Inpodcmp95	-0.0322*** (0.00107)	-0.0309*** (0.00105)	-0.0346*** (0.00521)
Constante	0.149*** (0.00429)	0.143*** (0.00423)	0.164*** (0.0194)
Taxa de Convergência Anual	4,39%	4,15%	4,88%
Observações	308	278	30
R2	0.746	0.758	0.612

Notas:

Estimação 1 para os 308 municípios nacionais, ou seja, Portugal Continental e Ilhas.

Estimação 2 para os 278 municípios nacionais continentais, ou seja, Portugal Continental.

Estimação 3 para os 30 municípios nacionais dos arquipélagos, ou seja, Açores e Madeira.

(***) significância de 1%; (**) significância de 5%; (*) significância de 10%.

A taxa de convergência anual que é determinada pela seguinte fórmula: $b = -\frac{\ln(1+T\beta)}{T}$, onde,

β é o coeficiente de convergência e T é o período de tempo da análise.

Dentro dos parênteses apresentam-se os desvios-padrão.

Método de estimação: Mínimos Quadrados Ordinários

De acordo com os resultados das estimações realizadas, os coeficientes de convergência são negativos e apresentam significância estatística, como seria de esperar. Portanto, os resultados obtidos são favoráveis à hipótese de convergência absoluta do IpcPC entre os municípios nacionais para o período de 1995-2009.

Na estimativa para a totalidade dos municípios nacionais (estimação 1), os 308 municípios, obteve-se um coeficiente de convergência negativo e estatisticamente significativo, correspondendo-lhe uma taxa de convergência anual de 4,39%, no período considerado.

O mesmo procedimento foi realizado na estimação para o conjunto dos municípios do Continente (excluindo-se da amostra os municípios do arquipélagos dos Açores e da Madeira), obtendo-se de igual modo um coeficiente de convergência negativo e estatisticamente significativo. No entanto, denota-se uma quebra na convergência, evidenciada, quer pelos valores da variável desfasada do logaritmo do IpcPC, quer na estimação 1 é de -0.0322 e na estimação 2 é de -0.0309, quer pela diminuição da velocidade da convergência, de 4,39% para 4,15%.

Consequentemente, estimamos também o modelo da convergência β absoluta para os municípios dos arquipélagos dos Açores e da Madeira (na estimação 3 retiramos da amostra os municípios do Continente). Tal como se previa, verificou-se também um valor negativo no coeficiente de convergência e com significância estatística ao qual corresponde uma taxa de convergência de 4,88% ao ano.

Pela dimensão da amostra o poder explicativo do modelo não é tão significativo, e a comparação com as estimações anteriores, dada a desproporcionalidade de amostras, não é importante para o nosso estudo.

Em suma, os resultados obtidos nas regressões permitem-nos concluir pela existência de convergência absoluta entre os municípios portugueses, durante o período 1995-2009, destacando-se o facto de quando se excluem os municípios dos Arquipélagos a convergência diminui, o que significa que, apesar de serem uma minoria, esses municípios têm influência no comportamento global de convergência.

Os resultados obtidos quanto à hipótese de convergência β absoluta, que foi testada através de uma regressão entre a taxa de crescimento do IpcPC no período e a sua posição inicial, não sendo controlados efeitos de qualquer outra variável, pressupondo-se, assim, que os municípios são homogéneos e caminham para o mesmo estado estacionário, foram favoráveis a esta hipótese. No entanto, face à hipótese de heterogeneidade dos municípios, vamos agora testar a hipótese de convergência condicionada.

No quadro 3, apresentamos os resultados das estimações da equação (6) para o total dos municípios portugueses. Na hipótese da convergência β condicionada, a convergência é condicionada pelas seguintes diferenças estruturais que caracterizam cada município: o nível dos investimentos; o setor atividade económica; o capital humano; o desenvolvimento tecnológico e a posição geográfica.

Quadro 3
Resultados da Regressão da Convergência β Condicionada para os 308
Municípios Nacionais - Nacional, 1995-2009

VARIÁVEIS	(4)	(5)	(6)
Inpodcmp95	-0.0352*** (0.00123)	-0.0429*** (0.00147)	-0.0474*** (0.00147)
Proinvmun	0.335** (0.143)	0.295** (0.130)	0.247** (0.120)
Progrdemp	3.248*** (0.779)	1.803** (0.724)	2.824*** (0.672)
Magric		-0.0158*** (0.00389)	-0.0222*** (0.00363)
Lnconsele		0.00694*** (0.00105)	0.00839*** (0.000972)
Docensup		0.677*** (0.148)	0.413*** (0.143)
Tescenssec			0,0000201*** (0,00000669)
Terc			0.0248*** (0.00330)
Constante	0.158*** (0.00465)	0.134*** (0.00902)	0.125*** (0.00837)
Taxa de Convergência			
Anual	5%,	6,86%	8,26%,
Observações	308	308	308
R ²	0.766	0.813	0.846

Notas: (***) significância de 1%; (**) significância de 5%; (*) significância de 10%.

A taxa de convergência anual que é determinada pela seguinte fórmula: $b = -\frac{\ln(1+\beta)}{T}$, onde, β é o coeficiente de convergência e T é o período de tempo da análise.

Dentro dos parênteses apresentam-se os desvios-padrão.

Método de estimação: Mínimos Quadrados Ordinários

Numa primeira análise, verifica-se que os coeficientes de convergência têm sinal negativo e significância estatística em todas as estimações, conduzindo a taxas de convergência de 5%, 6,86% e 8,26%, ao ano. Assim, constata-se que, quer o coeficiente de convergência, quer a velocidade de convergência, são superiores às encontradas nas estimações da convergência absoluta (estimação 1 do quadro 2), o que significa que as variáveis introduzidas constituem factores condicionais relevantes na evolução do IpcPC entre os municípios portugueses.

A análise que se segue, é feita com base nos resultados das estimações após se incluir no modelo variáveis de controlo ou explicativas. No que concerne às variáveis que representam o investimento público (INVMUN) e privado (PROGRDEMP),

apresentam-se bastante significativas e são positivas, o que indica que os níveis de investimento influenciam positivamente o crescimento do IpcPC nos concelhos portugueses. Neste âmbito, destaca-se a variável que mede os efeitos da proporção de grandes empresas no total de empresas (PROGRDEMP). Este resultado vai de encontro ao que era esperado, dado que a presença de uma grande empresa contribui de forma significativa para a dinamização das economias locais, quer, pelo emprego direto e indireto que criam, quer pelos rendimentos crescentes à escala que proporcionam.

De seguida foram introduzidas na estimação as variáveis que captam o capital humano e o progresso tecnológico (MAGRIC, LNCONSELE e DOCENSUP). Tendo por base os resultados obtidos para o coeficiente de convergência, concluímos que a convergência é superior nesta estimação (5) do que na estimação anterior (4). Simultaneamente, a introdução destas variáveis melhora a qualidade do ajustamento (R^2) e a velocidade de convergência - que na estimação 4 era de 5%, em média por ano, e com a introdução das variáveis passou para 6,86%, em média por ano. Portanto, a introdução destas variáveis é benéfica para a estimação.

Neste âmbito, de acordo com o esperado, o coeficiente do peso da população agrícola por habitante (MAGRIC) é negativo e apresenta significância estatística, o que denuncia as dificuldades existentes nos municípios em que o peso do setor agrícola é dominante. De facto, este resultado indica que o peso da agricultura por habitante proporciona um efeito negativo na variação do IpcPC. Esta situação é gerada pela ineficiência do setor agrícola, quer ao nível da produtividade, quer ao nível dos rendimentos decrescentes à escala.

Já as variáveis que captam o progresso técnico (LNCONSELE) e a formação de capital humano (DOCENSUP), o seu coeficiente estimado aparece com sinal positivo, tal como se previa, e estatisticamente significantes. O que significa que estes indicadores têm um efeito positivo sobre a variável explicada, comprovando-se, assim, a importância da formação do capital humano e do progresso técnico no crescimento do rendimento das economias locais. No entanto, a variável que mede o consumo de energia elétrica (LNCONSELE) apresenta um coeficiente muito reduzido, o que se justifica pela generalização do consumo elétrico doméstico.

Por fim, foram adicionadas ao modelo as variáveis estruturais, TERC, que capta o efeito do emprego no setor do terciário, e TESCENSSEC, que capta o efeito do ensino

secundário na variação do IpcPC municipal. A introdução destas variáveis é benéfica para o modelo, dado que melhora a qualidade do ajustamento (R^2), e o coeficiente de convergência e a velocidade da convergência.

Como o coeficiente das duas variáveis é positivo e estatisticamente significativo, podemos concluir que elas influenciam positivamente a variação do IpcPC. No entanto, o efeito do ensino secundário, apesar de se apresentar de positivo, a sua contribuição para a variação do IpcPC é muito próxima de zero.

A variável TERC revela que quanto maior for a proporção de população empregada no setor terciário maior é o crescimento do IpcPC. Esta situação deve-se à presença neste setor de profissões que exigem mão de obra qualificada, e por isso melhor remunerada.

Resumindo, os resultados obtidos revelam, que, por um lado, existe convergência no período 1995-2009, e por outro, dado que as variáveis estruturais introduzidas têm significância na explicação da variação do IpcPC, que a convergência que existe está condicionada a factores estruturais dos municípios, o que nos leva a rejeitar a hipótese de convergência absoluta.

No quadro 4, apresentamos os resultados das estimações da equação (6) para os 278 municípios do território continental português, ou seja, excluímos da amostra os 30 municípios que constituem aos arquipélagos dos Açores da Madeira. Nestas estimativas, vamos condicionar a convergência às mesmas variáveis que utilizámos nas estimações apresentadas no quadro 3, acrescentando apenas duas variáveis que condicionam o desenvolvimento dos municípios em função da sua posição geográfica.

Num primeiro reparo, observa-se que os coeficientes de convergência têm os sinais negativos esperados em todas as estimações e são estatisticamente relevantes, conduzindo a velocidades de convergência na ordem dos 4,82% ao ano, 6,35% ao ano, 7,56% ao ano, e 8,11% ao ano, nas estimações 7, 8, 9 e 10, respetivamente.

Nas estimações agora realizadas para o Continente, os resultados são muito semelhantes aos resultados nacionais (quadro 3), embora, agora, tanto o coeficiente de convergência, como a velocidade da convergência são mais baixos. Esta situação deve-se ao facto das amostras utilizadas serem muito semelhantes, uma vez que os municípios do Continente representam mais de 90% dos municípios nacionais. Os resultados agora obtidos confirmam os resultados obtidos na convergência β absoluta (quadro 2). Contudo, a

qualidade do ajustamento (R^2) melhora ligeiramente nestas estimativas para o Continente.

Quadro 4
Resultados da Regressão da Convergência β Condicionada para os 278 Municípios Continentais - Continente, 1995-2009

VARIÁVEIS	(7)	(8)	(9)	(10)
Inpodcmp95	-0.0343*** (0.00122)	-0.0410*** (0.00146)	-0.0452*** (0.00151)	-0.0469*** (0.00147)
proinvmun	0.368*** (0.134)	0.357*** (0.123)	0.300** (0.116)	0.273** (0.113)
progrdemp	3.423*** (0.842)	1.716** (0.798)	2.791*** (0.767)	3.135*** (0.731)
magric		-0.0119*** (0.00372)	-0.0174*** (0.00359)	-0.00730* (0.00386)
Inconsele		0.00645*** (0.00101)	0.00763*** (0.000964)	0.00622*** (0.000948)
docensup		0.599*** (0.138)	0.373*** (0.136)	0.541*** (0.133)
tescenssec			0,0000203*** (0,000006.48)	0,000242*** (0,00000619)
terc			0.0200*** (0.00349)	0.0163*** (0.00341)
distlx				-0.00140*** (0.000284)
litoral				0.00279*** (0.000928)
Constante	0.154*** (0.00464)	0.129*** (0.00885)	0.124*** (0.00834)	0.145*** (0.00881)
Taxa de Convergência Anual	4,82%	6,35%	7,56%	8,11%
Observações	278	278	278	278
R^2	0.780	0.823	0.846	0.863

Notas: (***) significância de 1%; (**) significância de 5%; (*) significância de 10%.

A taxa de convergência anual que é determinada pela seguinte fórmula: $b = -\frac{\ln(1+\beta)}{T}$, onde, β é o coeficiente de convergência e T é o período de tempo da análise.

Dentro dos parênteses apresentam-se os desvios-padrão.

Método de estimação: Mínimos Quadrados Ordinários.

É lícito portanto esperar, que o comportamento das variáveis estruturais utilizadas para o Continente (quadro 4) não demonstrem alterações significativas em relação aos resultados obtidos nas estimações Nacionais (quadro 3), verificando-se que as variáveis explicativas mantêm o mesmo nível de significância estatística e os mesmos sinais, como seria de esperar, dada a dimensão da amostra.

No que diz respeito às variáveis geográficas, que não tinham sido utilizadas na regressão Nacional (quadro 3) uma vez que, no caso da distância para Lisboa (DISTLX) não encontramos dados para os municípios dos arquipélagos dos Açores e da Madeira. Já, no caso da variável que mede os efeitos da litoralização *versus* interioridade no crescimento do IpcPC, entendeu-se que, quer pela dimensão dos Arquipélagos, quer pelo facto de todos municípios dos Arquipélagos fazerem fronteira com o mar, não fazia sentido a utilização desta variável.

Entretanto é notório que a introdução na equação das variáveis geográficas (LITORAL e DISTLX) provoca resultados interessantes, melhorando a qualidade do ajustamento (R^2) e a velocidade de convergência. Estes dados demonstram que a posição geográfica é um factor importante na explicação da variável independente.

Todavia, os resultados obtidos pela introdução das variáveis geográficas demonstram efeitos contrários sobre a evolução do IpcPC. Assim, o coeficiente da variável que mede os efeitos da proximidade com o Litoral (LITORAL) é positivo e apresenta significância estatística, o que demonstra que a pertença a um município no Litoral influencia positivamente a evolução do IpcPC nesse município, o que significa que a interioridade é um factor influência negativamente a evolução do IpcPC. No entanto, o coeficiente desta variável é 0.00279, o que indica que o seu efeito na variação do IpcPC é ténue.

Enquanto, que, no caso do coeficiente da variável que representa o efeito da proximidade do município de Lisboa no desenvolvimento dos municípios (DISTLX) na evolução do IpcPC, mostra-se negativo, como se esperava, e apresenta significância estatística, mostrando que a proximidade de Lisboa influencia positivamente o crescimento do IpcPC dos municípios. Assim, este resultado indica que à medida que aumenta a distância para Lisboa a variação do IpcPC é menor.

Por fim, importa referir que resultados obtidos apontam para a convergência. Porém, verifica-se através da inclusão das variáveis geográficas que a convergência no Continente também é afetada pela posição geográfica dos municípios.

Consequentemente, vamos agora apresentar no quadro 5 os resultados das estimações da convergência β condicionada para os 30 municípios pertencentes aos Arquipélagos dos Açores e da Madeira. Deve-se salientar, tal como foi feito na convergência absoluta, os resultados do modelo sofrem de pouca significância dada a amostra ser reduzida e dissemelhante da que se utilizou nas estimações anteriores. Nesta situação vamos

condicionar a convergência às mesmas variáveis que utilizamos nas estimações apresentadas no quadro 3.

Numa primeira análise, verificamos que os coeficientes são negativos, como se previa e apresentam significância estatística, indicando, portanto, convergência.

Quadro 5
Resultados da Regressão da Convergência β Condicionada para os 30
Municípios dos Arquipélagos dos Açores e Madeira – Açores e Madeira,
1995-2009

VARIÁVEL	(11)	(12)	(13)
Inpodcmp95	-0.0350*** (0.00546)	-0.0512*** (0.00457)	-0.0575*** (0.00641)
proinvmun	-0.219 (1.339)	-0.396 (0.765)	-0.296 (0.774)
progrdemp	1.131 (2.220)	0.482 (1.271)	0.373 (1.329)
Magric		-0.0444*** (0.0144)	-0.0573*** (0.0167)
Lnconsele		0.0256*** (0.00401)	0.0233*** (0.00465)
Docensup		2.874* (1.487)	2.768* (1.460)
tescenssec			0,0000678 (0,0000399)
Terc			-0.000955 (0.0136)
Constante	0.166*** (0.0202)	0.0291 (0.0351)	0.0680 (0.0445)
Taxa de Convergência			
Anual	4,96%	9,75%	13,26%
Observações	30	30	30
R ²	0.616	0.890	0.904

Notas: (***) significância de 1%; (**) significância de 5%; (*) significância de 10% .
A taxa de convergência anual que é determinada pela seguinte fórmula: $b = -\frac{\ln(1+T\beta)}{T}$, onde, β é o coeficiente de convergência e T é o período de tempo da análise.
Dentro dos parênteses apresentam-se os desvios-padrão.
Método de estimação: Mínimos Quadrados Ordinários.

No que diz respeito às variáveis estruturais, o comportamento diverge do que estimamos nas regressões anteriores. Esta situação deve-se ao facto de se tratar de uma amostra que incide sobre municípios que apresentam especificidades que não se encontram em mais

nenhum dos restantes municípios nacionais. Além disso, pesa também nos resultados obtidos o facto de se tratar de uma amostra muito inferior à que foi utilizada nas estimações anteriores, dado que os municípios dos arquipélagos dos Açores e da Madeira representam apenas, aproximadamente, 10% do total dos municípios nacionais.

Assim, os coeficientes associados às variáveis que captam o investimento público (PROINVMUN) e o investimento privado (PROGRDEMP) apesar de serem positivos, não apresentam significância estatística. Estes dados indicam que o poder explicativo destas variáveis é reduzido nos Arquipélagos. Tal facto deve-se à dimensão da maioria dos municípios que inviabiliza o aparecimento de investimentos significativos.

No que diz respeito aos resultados estimados com a inclusão das variáveis que captam a formação de capital humano e o progresso técnico (MAGRIC, LNCONSELE e DOCENSUP), os respetivos coeficientes são positivos e, com a exceção da variável DOCENSUP, são estatisticamente significantes.

De igual modo, o resultado do coeficiente da variável que capta o progresso pelo consumo de energia elétrica (LNCONSELE) apresenta o mesmo sinal e poder explicativo, tal como acontece nas estimações para o total Nacional e para o Continente. No entanto, coeficiente agora estimado é bastante mais elevado, o que denota que a sua influência para explicar a variável dependente é maior.

Porém, o coeficiente da variável que capta a influência dos docentes do ensino superior no total da população (DOCENSUP), o coeficiente é positivo, como esperado, mas apresenta uma significância estatística fraca (apenas a 10%). Assim, neste contexto esta variável perde poder explicativo. Uma explicação para esta situação encontra-se no facto de nos arquipélagos dos Açores e da Madeira não existirem muitas instituições de ensino superior, dado que são constituídos, maioritariamente, por municípios rurais, de pequena dimensão e com poucos habitantes.

Importa referir que, pelos coeficientes estimados as variáveis estruturais, TERC e TESCENSSEC, não apresentam significância estatística. Por isso, não tem capacidade para explicar a variação no IpcPC ocorrida no período.

2.4. Análise do Efeitos da Posição Geográfica no Processo de Convergência no Litoral e no Interior

Na sequência de um dos objetivos enunciados no presente trabalho, vamos agora apurar se existe uma associação entre a posição geográfica dos municípios e o seu IpcPC, para tentar perceber a relevância da chamada litoralização do país.

Em consequência dos resultados estimados na regressão estimada para os municípios do Continente (estimação 10), o coeficiente da variável que media os efeitos da litoralização evidenciou que a posição geográfica é um factor condicionante da convergência. No entanto, o que vamos agora tentar detetar é se existem processos de convergência diferentes para os municípios do Litoral e do Interior.

Para o efeito, a divisão do território entre Litoral e Interior, obedeceu-se às regras já mencionadas anteriormente, em que se consideraram pertencentes ao Litoral todos os municípios em que a NUT III em que estão inseridos faça fronteira com o mar. Os restantes municípios são considerados como de Interior.

2.4.1 Convergência σ nos Municípios do Litoral e do Interior, 1995-2009

Conforme já fizemos anteriormente, vamos iniciar pela análise da convergência sigma. A convergência σ é uma das medidas que avalia a evolução da dispersão, ou seja, avalia a convergência global dos municípios ao longo do tempo. Para avaliar a convergência σ voltamos a utilizar várias medidas que avaliam a dispersão, entre as quais o desvio padrão, que é apresentado na figura 14.

Como se depreende da análise da figura 14 apresentado, a dispersão nos municípios do Litoral é superior à verificada nos municípios do Interior durante todo o período de análise. Devemos, porém, relacionar esta situação com o IpcPC verificado no município de Lisboa (Litoral), que é substancialmente superior ao verificado no resto do país. Esta situação pode-se, também, comprovar pela análise da mediana, que é em todos os períodos, significativamente, inferior à média.

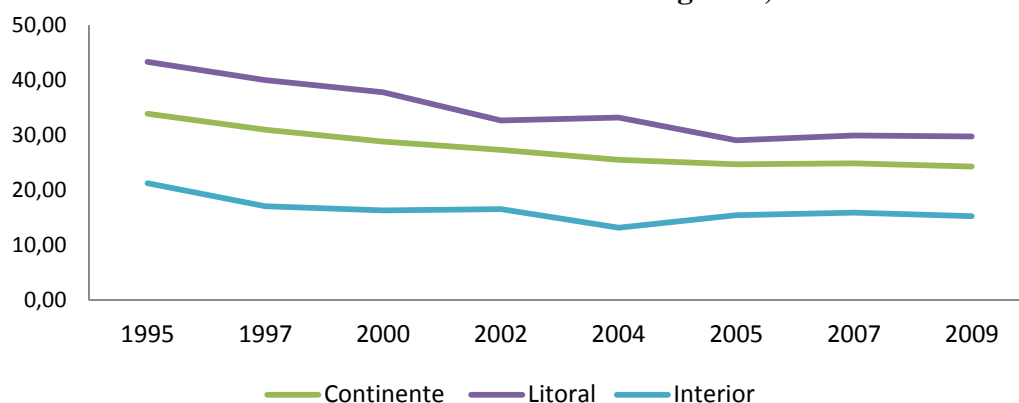
Considerando os dados disponíveis no início e no final do período, para todos os municípios, verificamos que a dispersão diminui significativamente, concluindo-se, portanto, pela convergência.

No entanto, o comportamento da dispersão verificado nos municípios do Litoral não apresenta as mesmas características que apresenta nos municípios do Interior. Portanto, o comportamento da dispersão nos municípios do Litoral assemelha-se ao que se

verifica no total dos municípios do Continente, assistindo-se, no período entre 1995 e 2005, a uma queda acentuada das disparidades, enquanto, no período seguinte, entre 2005 e 2009, verifica-se a manutenção do nível de dispersão.

Enquanto, o comportamento da dispersão nos municípios do Interior não segue a tendência verificada no Litoral, uma vez nestes municípios a dispersão não regista um padrão de comportamento claro, como ocorre no Litoral. Assim, se, por um lado, no período entre 1995 e 2004, assiste-se à diminuição da dispersão, ou seja, das disparidades. Por outro lado, no período seguinte, entre 2004 e 2009, verifica-se um aumento da dispersão, o que significa que existe um agravamento ligeiro das disparidades. No entanto, no período geral, apesar de ténue, verifica-se convergência.

Figura 14 - Convergência σ do IpcPC nos Municípios do Litoral e do Interior do Território Portugueses, 1995-2009



Fonte: Dados do INE; elaboração própria dos cálculos.

2.4.2 Convergência β Absoluta e Condicionada nos Municípios do Litoral e do Interior, 1995-2009

Com objetivo de averiguar se os municípios mais atrasados estão a crescer mais rapidamente dos que mais avançados, vamos testar agora a hipótese de convergência β absoluta. Nesta hipótese, convencionou-se que as regiões convergem para um único estado estacionário independentemente das suas condições iniciais.

Neste caso, com a utilização de estimações separadas para os municípios do Litoral e do Interior, mesmo testando a hipótese da convergência β absoluta, estamos a abrir a possibilidade dos municípios do Litoral não convergirem para o mesmo estado estacionário dos municípios do Interior, ou seja, estamos a admitir a hipótese de existência de dois clubes de convergência, que representam dois estados estacionários

distintos, para os quais os diferentes municípios, de acordo com a sua posição geográfica, convergem.

A convergência β absoluta foi estimada com recurso à equação (5) e os resultados estão apresentados no quadro 6.

Os coeficientes de convergência estimados são negativos e estatisticamente significantes, o que permite concluir a favor da hipótese de convergência absoluta. Isso significa que, em média, os municípios mais atrasados estão a crescer mais rapidamente que os mais avançados.

Quadro 6
Resultados da Regressão da Convergência β Absoluta para os Municípios do Interior e do Litoral, 1995-2009

VARIÁVEIS	(14) Continente	(15) Litoral	(16) Interior
Inpodcmp95	-0.0309*** (0.00105)	-0.0331*** (0.00192)	-0.0326*** (0.00137)
Constante	0.143*** (0.00423)	0.154*** (0.00824)	0.148*** (0.00532)
Taxa de Convergência			
Anual	4,15%	4,57%	4,48%
Observações	278	101	177
R ²	0.758	0.750	0.763

Notas: (***) significância de 1%; (**) significância de 5%; (*) significância de 10%.

A taxa de convergência anual que é determinada pela seguinte fórmula: $b = -\frac{\ln(1+T\beta)}{T}$, onde, β é o coeficiente de convergência e T é o período de tempo da análise.

Dentro dos parênteses apresentam-se os desvios-padrão.

Método de estimação: Mínimos Quadrados Ordinários.

Denota-se, de igual modo, que, quer o coeficiente de convergência, quer a velocidade de convergência, estimados são superiores nos municípios do Litoral do que nos do Interior e do que o total Nacional, ou seja, os municípios do Litoral convergem a uma taxa média anual maior do que os municípios do Interior.

Em suma, tal como se verificou na convergência sigma, existe convergência do IpcPC nos municípios continentais. No entanto, o estado estacionário para o qual convergem os municípios do Litoral não é o mesmo para o qual convergem os municípios do Interior.

Agora vamos testar a hipótese de convergência β absoluta, utilizando o mesmo método e as mesmas variáveis que utilizamos anteriormente, para os municípios do Litoral e do

Interior. Para testar a hipótese de convergência β condicionada utilizamos a equação (6). Os resultados das estimações estão expostos no quadro 7.

Numa primeira análise, constata-se que os resultados alcançados agora confirmam os resultados obtidos na estimação 10 (apresentada no quadro 4), na qual se demonstrava que a posição geográfica, nomeadamente, no Litoral, conferia ao município um impacto positivo na variação do IpcPC. Contudo, a mesma estimativa mostrava que o efeito era baixo.

Quadro 7
Resultados da Regressão da Convergência Beta
Condicionada para os Municípios do Litoral e do Interior do País, 1995-2009

VARIÁVEIS	(17) Continente	(18) Litoral	(19) Interior
Inpodcmp95	-0.0467*** (0.00149)	-0.0517*** (0.00319)	-0.0455*** (0.00171)
proinvmun	0.339*** (0.112)	0.179 (0.165)	0.254 (0.224)
progrdemp	2.993*** (0.740)	5.261*** (1.562)	2.025*** (0.764)
Magric	-0.0107*** (0.00374)	-0.0259* (0.0147)	-0.00473 (0.00393)
Inconsele	0.00670*** (0.000949)	0.00531*** (0.00163)	0.00645*** (0.00120)
docensup	0.501*** (0.134)	0.450** (0.210)	0.744*** (0.201)
tescenssec	0,0000226*** (0.00000626)	0.0000266* (0.0000152)	0.0000257*** (0.00000605)
Terc	0.0187*** (0.00337)	0.0302*** (0.00677)	0.00838** (0.00383)
Distlx	-0.00136*** (0.000288)	-0.00173*** (0.000525)	-0.00124*** (0.000352)
Constante	0.141*** (0.00880)	0.169*** (0.0181)	0.141*** (0.0107)
Taxa de Convergência Anual	8,03%	9,96%	7,63%
Observações	278	101	177
R ²	0.858	0.863	0.860

Notas: (***) significância de 1%; (**) significância de 5%; (*) significância de 10%.

A taxa de convergência anual que é determinada pela seguinte fórmula: $b = -\frac{\ln(1+T\beta)}{T}$, onde, β é o coeficiente de convergência e T é o período de tempo da análise.

Dentro dos parênteses apresentam-se os desvios-padrão.

Método de estimação: Mínimos Quadrados Ordinários.

Verifica-se assim, como se pode ver no quadro 7, que quando estimamos o modelo para os municípios do Litoral, o coeficiente de convergência e a taxa de convergência anual aumentam ligeiramente, o que demonstra que o processo de convergência é mais forte nos municípios do Litoral do que nos do Interior.

Como seria de esperar, todas as variáveis apresentaram os sinais para os coeficientes estimados iguais aos das estimações realizadas para o território continental português (quadro 4).

No que diz respeito às variáveis estruturais, a variável que capta o investimento público (PROINVMUN) perde significância estatística, quer na estimação para o Litoral, quer na estimação para o Interior, o que significa que o investimento público não apresenta poder explicativo quando estimamos, separadamente, os municípios do Interior e do Litoral.

No entanto, a variável que capta as economias geradas pela implementação de grandes empresas (PROGRDEMP) apresenta coeficiente positivo e significância estatística em todas as estimações. Contudo, os dados demonstram que o impacto desta variável no crescimento do IpcPC é substancialmente superior na regressão para os municípios do Litoral. Estando esta variável ligada às questões da localização empresarial, mais concretamente, aos benefícios que a concentração empresarial proporciona, tais como, economias de aglomeração e proximidade de serviços, é natural que a sua influência seja superior no Litoral, que é onde se situam a maiorias das grandes empresas sediadas no nosso território.

Ao contrário do que seria de esperar, apesar, do coeficiente da variável que mede o peso da população agrícola na população (MAGRIC) ser negativo em todas as estimações, na estimação para os municípios do Interior ela deixa de ser estaticamente significativa, e na estimação para os municípios do Litoral ela passa a ser significativa apenas a 10%. Um dos argumentos que podemos utilizar para a perda de significância estatística nos municípios do Interior é o facto de se tratar de municípios rurais, em que a agricultura é uma das fontes principais de rendimento, e, por isso o efeito negativo que induz no poder de compra nos municípios do Litoral não é significativo nos municípios do Interior.

Consequentemente, argumento inverso pode ser utilizado para explicar o comportamento da variável que mede o peso do setor terciário (TERC) na população, uma vez que na estimativa realizada para o Interior, o coeficiente diminui consideravelmente e perde alguma significância estatística. Assim, esta variável é mais significativa nos municípios do Litoral, dado que é nesta área do país onde existe maior concentração de população, o que favorece a atividade terciária.

Por ultimo, as restantes variáveis apresentam os resultados que se esperavam, apresentam-se positivas e com significância estatística em todas as estimações, o que vai ao encontro das estimativas realizadas anteriormente. No entanto, verifica-se que os coeficientes das variáveis, DOCENSUP e LNCONSELE são substancialmente superiores na estimação do Interior do que na estimação do Litoral. Enquanto, nas variáveis TESCENSSEC e DISTLX a diferença entre as estimações não é significativa.

Em suma, os resultados encontrados confirmam as estimações anteriores para o Continente, podendo concluir-se que existem processos de convergência condicionada entre os municípios do Litoral e do Interior, com vantagem para os primeiros. Como se pode ver pelos resultados, de entre as variáveis utilizadas, a proporção de grandes empresas no tecido empresarial local (PROGRDEMP), revela-se um factor importante na explicação do processo de convergência do IpcPC.

Conclusões

Pretendeu-se, ao longo desta capítulo, compreender os processos de convergência no desenvolvimento, captado pela variação do IpcPC, entre os municípios portugueses no período de 1995 a 2009. Neste sentido, optou-se por utilizar as seguintes formas para verificar a convergência: análise do comportamento das regiões em relação à média nacional, convergência σ e convergência β .

A nossa análise empírica é favorável à hipótese de convergência do IpcPC entre os municípios portugueses. Com efeito, passamos agora e enunciar os resultados que obtivemos:

- ✓ No que diz respeito aos comportamentos individuais de cada município verifica-se que a esmagadora maioria dos municípios – aproximadamente, 91% dos

municípios – registam no período uma variação positiva no IpcPC. Este comportamento dos municípios favoreceu a convergência nacional;

- ✓ De seguida, passámos à análise da dispersão (convergência σ), constatando-se um comportamento regular de diminuição da dispersão no período, ou seja, verifica-se convergência. Uma conclusão importante que se tira da análise da dispersão, é que as disparidades são superiores nos municípios do Continente, e, que apesar de se ter assistido a uma diminuição da dispersão no período, maior nesses municípios, do que nos municípios dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, no final do período é nesses municípios que as disparidades se mantêm mais elevadas;
- ✓ No passo seguinte foi testada a hipótese de convergência β absoluta. As estimações realizadas confirmam a hipótese de convergência em todas as estimações;
- ✓ Depois, testamos a hipótese de convergência β condicionada, em que se condicionou a convergência a variáveis estruturais que caracterizam os municípios. Em todas as regressões os resultados obtidos revelam existência de convergência condicionada no período 1995-2009. Assim, dado que as variáveis estruturais introduzidas têm significância na explicação da variação do IpcPC, conclui-se que os municípios convergem para estados estacionários distintos de acordo com as suas características;
- ✓ Na última parte desta secção, em sequência dos resultados obtidos com a introdução das variáveis geográficas, procuramos entender a convergência nos municípios do Litoral e do Interior. Pelos resultados da convergência σ somos levados a crer que existem maiores disparidades no Litoral do que no Interior e que no período da análise a convergência também é superior nesses municípios;
- ✓ Posteriormente, testamos, também, as hipóteses de convergência β absoluta e condicionada, e os resultados obtidos sustentam as conclusões da convergência σ , demonstrando que, por um lado, existe convergência, tanto nos municípios do Litoral, como nos do interior, e por outro, que convergência ocorre a uma velocidade maior nos municípios do Litoral. Das variáveis estruturais introduzidas destaca-se a variável que mede o efeito da presença de grandes empresas nos municípios (PROGRDEMP), demonstrando, assim, a importância da existência de grandes empresas para desenvolvimento local.

CONCLUSÕES FINAIS

Com o presente estudo pretendeu-se abordar o processo de desenvolvimento territorial português. Nesse âmbito, traçou-se como objetivo geral a análise da convergência do desenvolvimento dos municípios portugueses no período global de 1995 a 2009.

Em linhas gerais, através da exposição das ideias de alguns autores, foram apresentadas visões completamente distintas da forma como o crescimento económico afeta o território e acentua ou reduz as desigualdades. Em particular, analisou-se o papel do capital humano e do progresso técnico no crescimento económico e aproximou-se à problemática do desenvolvimento pela ótica de eficácia do aproveitamento dos recursos endógenos e das competências dos territórios. Na revisão da literatura que foi feita começou por apresentar as teorias de crescimento desequilibrado, seguindo-se as teorias do crescimento endógeno e concluindo com as teorias do desenvolvimento endógeno.

Na conceção dos neoclássicos, os retornos marginais decrescentes da acumulação de capital é o factor essencial para que as economias convirjam nos rendimentos. Assim, segundo estes autores, os desequilíbrios regionais são temporários e desaparecem pela via da perfeita mobilidade dos factores, quando os mercados atuam livremente.

Em contraponto, a estas teorias, apareceram as teorias do crescimento desequilibrado que defendem que a atuação livre dos mercados não produz os efeitos apregoados pelos neoclássicos. Assim, nestas teorias é defendido que o capital não se move no espaço, uma vez que o desenvolvimento surge num pólo ou centro e, dados os efeitos de polarização e as economias externas, esse centro vai-se tornar cada vez mais dinâmico e concentrado, originando assim, desequilíbrios no processo de crescimento difíceis de ultrapassar. Portanto, os autores desta corrente de pensamento defendem que uma região ganhando vantagens comparativas, vão ocorrer movimentos de capitais e de outros factores de produção que favorecem a expansão dessas regiões em detrimento das outras que perderão competitividade. Em consequência, é defendido uma política intervencionista por parte do estado.

Posteriormente, surgiram as teorias do crescimento endógeno, nas quais o progresso tecnológico e o crescimento populacional são tratados endogenamente. Para além de tornar endógenas essas variáveis, os modelos de crescimento endógeno também passam a considerar rendimentos marginais constantes ou crescentes, em vez de considerar os

rendimentos marginais decrescentes conforme estava presente nos modelos de crescimento neoclássicos tradicionais. Assim, as teorias de crescimento endógeno enfatizam a importância do progresso tecnológico e do capital humano no crescimento económico, uma vez que estes factores geram externalidades positivas que favorecem o crescimento das regiões e dos países.

Por fim, foram expostas as teorias do desenvolvimento endógeno, nas quais se reconhece a importância desempenhada pelos sistemas produtivos locais nos processos de crescimento e do próprio território. Ou seja, esta nova visão do desenvolvimento destaca o papel dos agentes e dos factores produtivos locais na melhoria da qualidade de vida da população. Assim, é defendido que o desenvolvimento pode ser difundido pelos territórios e não tem que estar concentrado nos grandes aglomerados populacionais. Para isso, é necessário que exista capacidade local para liderar e conduzir o seu próprio processo de desenvolvimento. Portanto, o desenvolvimento é visto como algo que deve surgir de baixo para cima e tem como alicerces importantes as instituições locais, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, as inovações e a informação.

No capítulo seguinte desenvolveu-se uma contextualização do território da análise, na qual os resultados demonstram que, apesar de pouco extenso, o território nacional é marcado por profundas desigualdades.

É claramente predominante a capacidade que os municípios do Litoral, nomeadamente, os que se situam nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, possuem para atrair populações e desenvolvimento, enquanto, os municípios do Interior continuam a perder população e competitividade, o que provoca efeitos devastadores nas suas economias.

Destacam-se ainda dois aspectos que entendo serem vitais para o país, a educação e o envelhecimento da população. O baixo nível educacional registado em Portugal é um factor negativo para o desenvolvimento do país, dado que a formação da população é fulcral para a economia portuguesa, uma vez que um país não poder ser competitivo em todas as áreas tendo uma população pouco instruída. Uma população com menos formação tem mais resistência à mudança e não se adapta tão facilmente às inovações tecnológicas necessárias para aumentar a competitividade de uma economia.

O envelhecimento da população portuguesa é igualmente preocupante, uma vez que esta situação tem efeitos perversos no desenvolvimento dos municípios, dado que influencia negativamente a mão-de-obra disponível e a sustentabilidade do sistema de protecção

social, ou seja, o aumento da população idosa leva a que seja exigido à população ativa maiores contributos para sustentar o sistema de proteção social na velhice.

Por fim, realizámos a análise da convergência no desenvolvimento local, para o qual utilizámos como indicador de desenvolvimento o IpcPC. Nesta análise, procedemos à análise do com recurso à operacionalização dos conceitos de convergência σ e convergência β .

Em primeira análise, destacamos que, de acordo com todas as metodologias de que nos socorremos, conclui-se que a convergência entre os municípios foi um processo semelhante ao longo do período de 1995 a 2009.

Na análise do comportamento das regiões, os resultados são muito satisfatórios, demonstrando que aproximadamente 91% dos municípios convergiram para a média nacional. Também se pode extrair dos dados observados que o IpcPC em 87% dos municípios, no final do período, é inferior à média nacional, o que demonstra que, apesar de terem atenuado as desigualdades, o IpcPC ainda se mantém muito desequilibrado, com predominância para o município de Lisboa, que é a área onde se concentra maior poder de compra.

À semelhança do que aconteceu na análise do comportamento dos municípios, também na observação da dispersão se constata a existência de um comportamento regular de diminuição da dispersão no período, ou seja, verifica-se convergência entre os municípios. Procedeu-se também à observação, separadamente, dos comportamentos das assimetrias no Continente e nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, concluindo-se que, apesar da diminuição da dispersão ser superior no Continente, é no Continente que as disparidades são maiores, tanto no início como no final do período.

Os resultados obtidos com as estimações da convergência β (absoluta e condicionada) mostraram-se favoráveis à hipótese de convergência entre os municípios portugueses, quer a convergência absoluta, quer a condicionada. No entanto, a convergência condicionada é a que é a que nos oferece os resultados mais robustos.

Daí, pode concluir-se que os municípios portugueses são heterogéneos, e, por via disso, caminham para estados estacionários distintos, atendendo às suas características estruturais.

Dentre as variáveis explicativas utilizadas, as que representam o investimento público e privado (PROINVMUN e PROGRDEMP) apresentam-se como os factores mais significantes no condicionamento da variação do IpcPC.

Para melhor compreender e comparar os processos de convergência, optámos por elaborar regressões separadas para o total dos municípios nacionais (Nacional), para os municípios do Continente (Continente) e para os municípios dos arquipélagos dos Açores e da Madeira (Açores e Madeira). Em todas as estimações os resultados obtidos revelam existência de convergência condicionada no período 1995-2009, uma vez que as variáveis estruturais introduzidas têm significância estatística na explicação da variação do IpcPC.

Importa salientar o facto de se confirmar, tal como se previa, que o emprego no setor agrícola influencia negativamente o crescimento do IpcPC nos municípios portugueses. Outro resultado importante foi alcançado com a introdução na regressão, para o Continente, de duas variáveis que captam a influência da posição geográfica na evolução da variável dependente. Os resultados são favoráveis às teorias que defendem que a posição geográfica interfere no nível de rendimento de uma região. Assim, pelos resultados obtidos podemos concluir que, quer a proximidade do Litoral quer a proximidade do Município de Lisboa têm influência positiva no crescimento do IpcPC dos municípios do Continente.

Em sequência dos resultados decorrentes da introdução das variáveis geográficas, procurámos entender a convergência nos municípios do Litoral e do Interior. Assim, a convergência σ evidencia a que existem maiores disparidades entre os municípios do Litoral do que entre os do Interior, no entanto, no período em análise a diminuição da dispersão é superior nos primeiros. Resulta daqui o facto do município de Lisboa, que manifesta um IpcPC que representa mais do dobro da média nacional, se situar no Litoral.

Adicionalmente, a convergência β absoluta e condicionada sustenta os resultados obtidos na convergência σ , demonstrando que existe convergência tanto nos municípios do Litoral como nos do Interior. Verifica-se, também, que a convergência ocorre a uma velocidade maior nos municípios do Litoral do que nos municípios do Interior. Das variáveis estruturais introduzidas, destaca-se a variável que mede o efeito da presença

de grandes empresas nos municípios (PROGRDEMP), demonstrando, assim, a importância da existência de grandes empresas no desenvolvimento local.

Em suma, dos resultados obtidos, retiram-se três conclusões importantes: em primeiro lugar, os dados analisados permitem-nos concluir que existem divergências acentuadas no desenvolvimento dos vários municípios portugueses, destacando-se, neste âmbito, o desnível entre os municípios do Litoral e do Interior, com vantagem para os primeiros; em segundo lugar, observa-se a convergência no IpcPC entre os municípios portugueses no período de análise, no entanto, a convergência encontrada é condicionada pelas características estruturais dos municípios, o que significa que os municípios convergem para estados estacionários distintos, de acordo com essas características; finalmente, constata-se que os municípios do Litoral possuem vantagens na convergência, no entanto, mesmo nesta área do território, concluímos que a proximidade para o município de Lisboa, que é o polo mais desenvolvido do território nacional, tem efeitos na convergência dos municípios, ou seja, à medida que estão colocados de forma mais próxima de Lisboa a convergência entre municípios é superior.

Estudar a convergência ao nível dos municípios portugueses permite apreender as diversas realidades existentes no país, dado que estamos a trabalhar com um nível desagregação territorial elevado. Isso revelou-se um desafio enorme, marcado pela escassez (inexistência) de trabalhos de convergência neste âmbito. Na elaboração deste trabalho deparámo-nos com as dificuldades naturais destes trabalhos, nomeadamente, a obtenção de dados desagregados para os municípios para períodos de médio e longo prazo, que o condicionaram, de certa forma, os resultados obtidos. No caso da variável dependente, em que na maioria dos estudos se utiliza Produto Interno Bruto, uma vez que não dispuséssemos desse indicador desagregado pelos municípios, utilizámos o IpcPC que, em nosso entender, é um indicador que expressa a produtividade e o desenvolvimento de determinada região. Também, encontrámos dificuldades em obter dados de algumas variáveis explicativas. Conseguimos superar esses problemas, através do recurso a proxys ou formas alternativas de captar essas realidades. Isso, aconteceu, concretamente, com as variáveis que captam o investimento e o progresso tecnológico.

Seria também interessante verificar os vários clubes de convergência existentes no território nacional, ou seja, verificar quais os subconjuntos de municípios que convergem para estados estacionários iguais. Para além de verificar a convergência na

produtividade e desenvolvimento dos municípios, seria importante também tentar perceber se existe convergência em matéria de bem-estar e qualidade de vida das populações - pobreza, educação e saúde.

Apesar da convergência no IpcpPC verificada no período da análise, as assimetrias em Portugal são ainda elevadas e tendem a perdurar tempo. Para reverter este quadro, é importante desenvolver condições para que os municípios do Interior consigam fixar e atrair habitantes e investimentos. Nesse âmbito, era necessário criar nesses territórios condições favoráveis – criar regimes fiscais de discriminação positiva, implementar infraestruturas de apoio ao emprego, à saúde e à educação, etc. No entanto, por uma lógica de mercado e de contenção de custos, o que se tem feito, ao encerrar escolas, postos de saúde, maternidades e linhas férreas, é o oposto do que se devia fazer e tem contribuído de forma decisiva para que a situação oposta de desenvolvimento económico nessas áreas se mantenha, em grande medida.

Posto isto, e dado que deve ser objetivo primordial garantir a todos os cidadãos níveis mínimos de bem-estar, independentemente do local da sua residência, é importante desenvolverem-se políticas que dotem os municípios de capacidade para promoverem o seu desenvolvimento através da utilização dos recursos endógenos.

Bibliografia

- AYDALOT, P. (1985). *Economie régionale et urbaine*. Paris: Economica.
- AMERICAN ECONOMIC ASSOCIATION. (1973). *Panorama da moderna teoria económica*. São Paulo: Atlas.
- BALEIRAS, R. (2011). Introdução: Economia e política do desenvolvimento regional. In R. BALEIRAS (coord.), *Casos de desenvolvimento regional* (pp. 13-78). Cascais: Princípa.
- BARQUERO. (2007). *Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial*. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=28901109>.
- BARQUERO. (2006). Surgimiento y transformación de clusters y milieus en los procesos de desarrollo. *Revista Eure*, 32 (95), 75-92.
- BARQUERO, A. V. (2002). *Desarrollo endógeno. Endogenous Development, Networking, innovation, institutions and cities*. Londres: Routledge.
- BARRADAS, S. e MARTINS, N. (2007). *Convergência económica das regiões portuguesas – 1995-2006*. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais.
- BRANSON, W. (1986). *Macroeconomia, teoria e política*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CADIMA RIBEIRO, J. e FREITAS SANTOS, J. (2005). *No trilho de uma nova política regional*. Braga: Núcleo de Investigação em Políticas Económicas, WP 15/2005.
- CADIMA RIBEIRO, J. (2011). *Economia portuguesa: Construir o futuro a partir das lições do passado e dos recursos do(s) território(s)*. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/13994/1/Cadernos_de_Economia_Set2011_.pdf.
- CHASCO, C e LÓPEZ, A. (2011). Modelos multiníveis: Uma aplicação ao modelo de convergência beta. In J. COSTA (coord.). *Compêndio da economia regional - Volume II: Métodos e técnicas de análise regional* (pp. 411-436). Coimbra: APDR.

CONDESSO, F. (2005). *O ordenamento do território: Administração pública do território, direito do planeamento territorial, economia regional e políticas europeias*. Lisboa: ISCSP.

CREVOISIER, O. (2003). A abordagem dos meios inovadores: Avanços e perspectivas. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local.*, 4 (7), 15-26.

DINIZ, F. (2006). *Crescimento e desenvolvimento económico – Modelos e agentes do processo*. Lisboa: Edições Sílabo.

FERRÃO, J. e BAPTISTA, A. (1989). *Industrialização e desenvolvimento endógeno em Portugal: Problemas e perspectivas*. Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/919/1/2.pdf>.

FREIXO, A. (1988). *Desenvolvimento socio-económico e teorias económicas do desenvolvimento*. Tese de Doutoramento em Desenvolvimento Socio-económico, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, UTL, Lisboa.

HENRIQUES, J. M. (1990). *Municípios e desenvolvimento: Caminhos possíveis*. Lisboa: Escher.

HIRSCHMAN, O. (1975). Policymaking and policy analysis in Latin America - A return journey. *Policy Sciences*, 6 (4), 385-402.

LOPES, R. (2001). *Competitividade, inovação e territórios*. Oeiras: Celta.

LUCAS, R. (1988). *On the mechanics of economic development*. Chicago: University of Chicago.

MAILLAT, D. (2002). Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. *Revista internacional de desenvolvimento*, 3 (4), 9-16.

MAILLAT, D., QUÉVIT, M. e SENN, L. (1993) (eds.). Réseaux d'innovation et milieux innovateurs: un pari pour le développement regional (pp. 5-15). Disponível em: <http://www.unine.ch/irer/gremi/gremi%203.pdf>.

OSADCHAYA, I. (1977). *De keynes à síntese neoclássica: Uma análise crítica*. Lisboa: Prelo.

- PEREIRA, C. (1997). *Integração económica e assimetrias regionais: Causas e correções*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- PERROUX, F. (1967). *Union soviétique et développement économique*. Aubier-Montaigne: Paris.
- PERROUX, F. (1962). *Economia e sociedade*. Lisboa: Morais Editora.
- POLÈSE, M. (1998). *Economia urbana e regional: Lógica espacial das transformações económicas*. Coimbra: APDR.
- REBELO, S. (1991). Long-run policy analysis and long-run growth. *The Journal of political economy*, 99 (3), 500-521.
- RICHARDSON, H. (1981). *Economia regional teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional*. Rio de Janeiro: Zahar.
- RICHARDSON, H. (1978). *Insumo-produto e economia regional*. Rio de Janeiro: Zahar.
- RICHARDSON, H. (1977). *Teoría del crecimiento regional*. Madrid: Pirámide.
- RICHARDSON, H. (1973). *Elementos de economia regional*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ROMER, P. (1986). Increasing Returns and Long-Run Growth. *Journal of Political Economy*, 94 (5), 1002-1037.
- SANTOS, D. (2002a). O modelo de causalidade circular e cumulativa e o modelo centro periferia. In J. COSTA (coord.), *Compêndio da economia regional* (pp. 189-200). Coimbra: APDR.
- SANTOS, D. (2002b). A perspectiva territorialista. In J. COSTA (coord.), *Compêndio da economia regional* (pp. 218-228). Coimbra: APDR.
- SILVA, M. e SEQUEIRA, T. (2011). Estudo de caso: Os incentivos ao investimento e o desenvolvimento do norte interior português. In R. BALEIRAS (coord.), *Casos de desenvolvimento regional* (pp. 673-683). Cascais: Príncipeia.
- SILVA, M. e SILVA, S. (2002a). *Modelos de Crescimento Regional*. In J. COSTA (coord.), *Compêndio da economia regional* (pp. 159-189). Coimbra: APDR.
- SILVA, M e SILVA, S. (2002b). Convergência versus divergência. In J. COSTA (coord.), *Compêndio da economia regional* (pp. 235-262). Coimbra: APDR.

SIMÕES LOPES, A. (2002). O espaço económico. In J. COSTA (coord.), *Compêndio da economia regional* (pp. 35-59). Coimbra: APDR.

SIMÕES LOPES, A. (1995). *Desenvolvimento regional: Problemática, teoria, modelos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SIMÕES LOPES, A. (1987). *Desenvolvimento regional: Problemática, teoria, modelos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SIMÕES LOPES, A. (1984). *Desenvolvimento regional: Problemática, teoria e modelos*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian

SOUSA, A. (1980). *Da teoria económica à teoria do desenvolvimento*. Lisboa: Clássica Editora.

SOUKIAZIS, E. e ANTUNES, M. (2004). *A evolução das disparidades regionais em Portugal ao nível das NUTS III. Uma análise empírica com base nos processos de convergência*. Disponível em: <http://www.apdr.pt/siteRPER/numeros/RPER06/portugues/art04.pdf>.

SOLOW, R. (1956). A Contribution to the Theory of Economic Growth. *The Quarterly Journal of Economics*. 70 (1), 65-94.

VALE, M. (1991). Pequenas empresas e desenvolvimento territorial: Estruturas produtivas, medidas de apoio à indústria e intervenção dos municípios. *Revista Finisterra*, 26 (51), 361-395.

VIEGAS, M. e ANTUNES, M. (2012). *Convergence at local level: An exploratory spatial analysis applied to the portuguese municipalities*. Disponível em: http://www.apdr.pt/congresso/2012/pdf/SESSION_C2.pdf.